

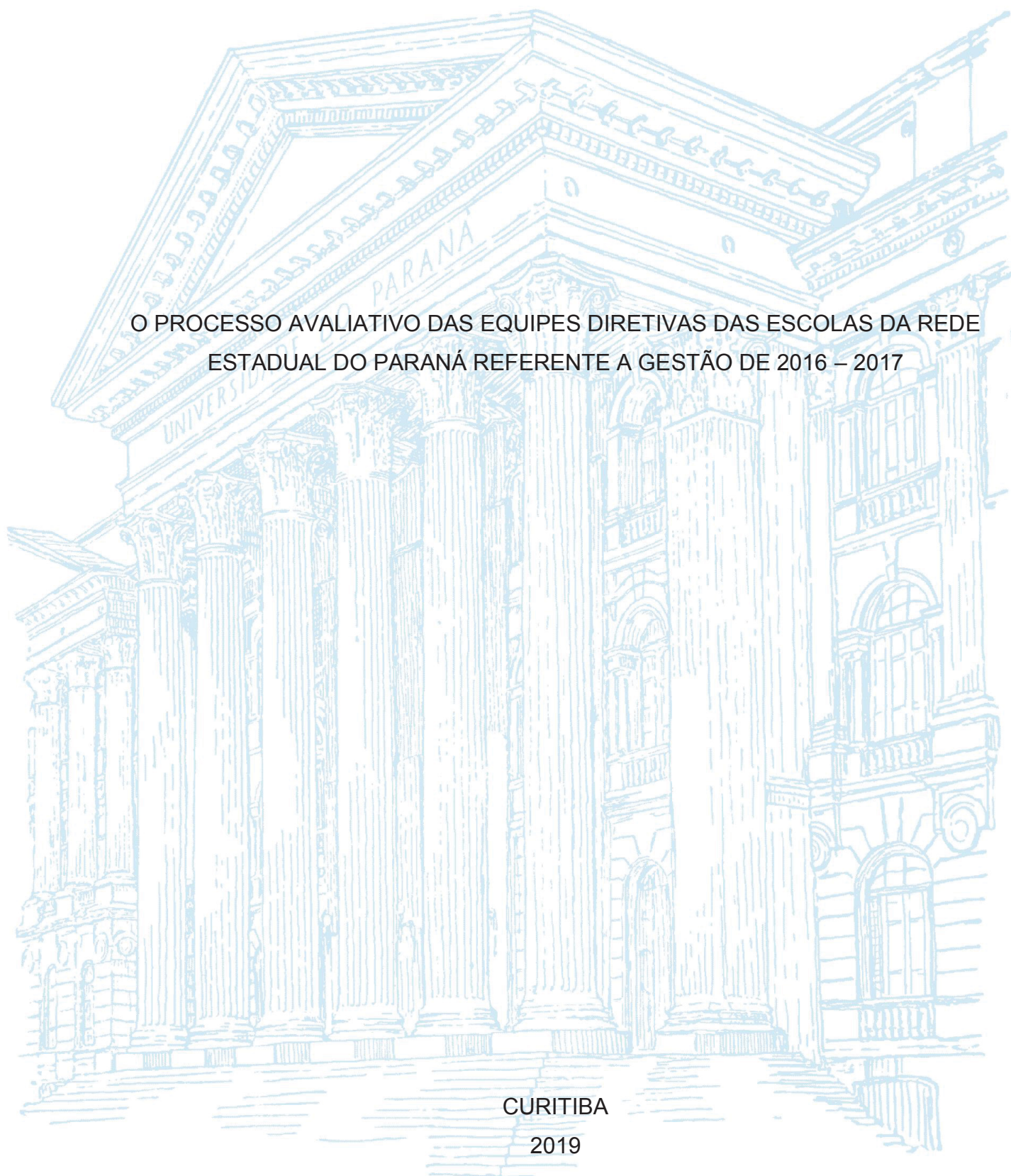
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SHARLENE TERESINHA ELIAS PIZZAIA

O PROCESSO AVALIATIVO DAS EQUIPES DIRETIVAS DAS ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DO PARANÁ REFERENTE A GESTÃO DE 2016 – 2017

CURITIBA

2019



SHARLENE TERESINHA ELIAS PIZZAIA

O PROCESSO AVALIATIVO DAS EQUIPES DIRETIVAS DAS ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DO PARANÁ REFERENTE A GESTÃO DE 2016 – 2017

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação (NuPE). Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Ângelo Ricardo de Souza

CURITIBA
2019

Dedico este trabalho ao meu marido, Giovani, pelo apoio,
às minhas filhas, Emilly e Lara, que para terem minha
presença, simplesmente, sentavam-se ao meu lado
para me ver estudar e à minha mãe Emília
por comemorar comigo todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Gratidão... esta é a palavra que conclui este trabalho!

Agradeço à minha família que sempre esteve disposta a me ajudar nos momentos mais difíceis!

Agradeço à UFPR, por proporcionar este momento de crescimento que muito contribuirá na minha atuação profissional e ao meu orientador, professor Ângelo, que depois de ser sua aluna na Pedagogia, pude novamente ver o quanto ainda há que se aprender.

Aos meus colegas de turma que com suas diferentes experiências e conhecimentos enriqueceram nossas discussões.

E àquEle que está sob todas as coisas... Obrigada Deus por todas as bênçãos recebidas!

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar
mas sobretudo para transformar a realidade, para
nela intervir, recriando-a (...).

Paulo Freire

Se queremos uma escola transformadora,
precisamos transformar a escola que temos aí.
E a transformação dessa escola passa necessariamente
por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras.
É neste sentido que precisa ser transformado o sistema de autoridade
e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Vitor H. Paro

RESUMO

A presente monografia buscou compreender como se deu o processo de avaliativo de gestão das equipes diretivas das escolas da rede estadual do estado do Paraná, referente ao período de 2016 e 2017. Tal processo baseou-se na Lei nº 18.590 de 13 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial nº. 9556 de 15 de outubro de 2015 e na Resolução SEED 5547 de 27 de outubro de 2017. O processo avaliativo das gestões levou em consideração o Plano de Ação apresentado pelos candidatos a diretor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná que previa ações direcionadas às questões pedagógicas e ao cumprimento dos prazos e normativas relativas às prestações de contas do mesmo período. É relevante a participação do Conselho Escolar na coordenação desse processo, porém, observou-se que as condições e fragilidades na preparação, formação e orientação dessa instância colegiada não foram apropriadas. Apesar do grande número de escolas que participaram desse processo avaliativo o número de estabelecimentos de ensino que apresentou parecer contrário foi ínfimo, ou seja, favorável com ressalvas ou desfavorável demonstrando que foi uma ação mais burocrática do que realmente uma avaliação formativa, como se propunha. Analisaram-se, também, as possíveis interferências nesse processo e que poderiam repercutir na condução da avaliação da gestão. Foi possível, nessa pesquisa, analisar os diferentes posicionamentos em diferentes âmbitos, uma vez, que se entrevistaram: a) membros da mantenedora que acompanharam a elaboração das leis supracitadas; b) membros do sindicato da categoria dos profissionais da educação do Paraná e; de quem acompanhou a execução da avaliação da gestão no interior da escola.

Palavras-chave: gestão escolar; avaliação formativa; comunidade escolar; política educacional.

ABSTRACT

The present work sought to understand how the evaluation process of school administration in public schools at Parana state was, during 2016 and 2017. This process was based on Law 18,590 of October 13, 2015, published in the Official Journal no. 9556 in October 15, 2015 and in Resolution SEED 5547 in October 27, 2017. The evaluation process took into account the Plan of Action presented by the principals during the choice process through consultation with the School Community in the State Basic Education System, which provided for actions related to pedagogical issues, as well as the compliance with deadlines and regulations related to accountability for the same period. The participation of the School Board in the coordination of this process is relevant, however, the conditions and weaknesses in the preparation, training and orientation of this collegial body weren't appropriated. In spite of the large number of schools that participated in this evaluation process, the number of schools that presented a official opinion contrary was small, that is, favorable with reservations or unfavorable, demonstrating that it was just a more bureaucratic action than a pedagogical evaluation. It was also analyzed the possible interferences in this process and that could have repercussion in the conduction of the evaluation. It was possible, in this research, to analyze the different positions in different spheres, once, that interviewed: a) members of the staff of education administration system who accompanied the elaboration of that mentioned laws; b)

members of the teacher's union at Paraná state; who accompanied the execution of the evaluation.

Keywords: school administration; formative evaluation; school community; educational policy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Processo de Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná

TABELA 2 - Processo Avaliativo da Gestão das equipes diretivas referente ao período de 2016 e 2017

LISTA DE SIGLAS

APMF – Associação dos Pais, Mestres e Funcionários

APP-Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná

CAF – Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar

CEE – Conselho Estadual da Educação

CENSE – Centro de Socioeducação

CLT – Convenção das Leis Trabalhistas

CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação

DGE – Departamento de Gestão Escola

DPTE – Diretoria de Programa e Tecnologias Educacionais

DLE – Departamento de Legislação Educacional

FUNDEPAR – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional

GAS – Grupo Administrativo Setorial

GRHS – Grupo de Recursos Humanos Setorial

GS/SEED – Gabinete do(a) Secretário(a)/ Secretaria de Estado da Educação

IDEB – Índice da Educação Básica

MEC – Ministério da Educação

NRE – Núcleo Regional da Educação

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

QFEB – Quadro de Funcionários da Educação Básica

SAEP – Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná

SEED/ PR – Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SUDE – Superintendência de Desenvolvimento Educacional

SUED – Superintendência da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. QUADRO PANORÂMICO DAS EQUIPES DIRETIVAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	16
1.1 O PROCESSO AVALIATIVO DA GESTÃO DAS EQUIPES DIRETIVAS REFERENTE AO PERÍODO DE 2016 E 2017	16
1.2 O PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA DESIGNAÇÃO DE DIRETORES E DIRETORES AUXILIARES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ EM 2015	19
2. LEI Nº 18.590 DE 13/10/2015	26
3. RESOLUÇÃO SEED/PR 5547 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017	31
4. ENTREVISTAS	38
4.1 ENTREVISTA COM MEMBRO DA SEED QUE ACOMPANHOU A FORMULAÇÃO DA LEI Nº 18.590 DE 13/10/2015	38
4.2 ENTREVISTA COM MEMBRAS DA COMISSÃO QUE ELABOROU A RESOLUÇÃO Nº 5547/2017	48
4.3 ENTREVISTA COM UMA PRESIDENTA DO CONSELHO ESCOLAR NO PERÍODO AVALIATIVO DA GESTÃO DA EQUIPE DIRETIVA	61
4.4 ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA APP-SINDICATO(SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ)	65
4.5 POSICIONAMENTO DA APP-SINDICATO (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ) SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE DIRETORES	69
5. AS DIFERENTES FORMAS DE PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR(A) ESCOLAR E SUAS RELAÇÕES COM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA	74
6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR E SEUS OBJETIVOS/ PROPÓSITOS	82
7. O PROCESSO AVALIATIVO DAS EQUIPES DIRETIVAS REALMENTE AVALIOU?	86
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

O presente estudo desta monografia de conclusão de curso abordou questões relacionadas a avaliação de uma política pública tendo como objeto de estudo o processo de avaliação da gestão das equipes diretivas das escolas públicas da rede de ensino do estado do Paraná, ocorrido no início do ano de 2018 e que se referia ao período de gestão 2016-2017. Além disso, para esclarecer os resultados observados considerou-se, também, a análise dos dados referentes ao processo de eleição para o cargo de diretor/diretora escolar que aconteceu no ano de 2015.

O interesse pelo tema se deu pelo fato de atuar como pedagoga num colégio estadual no município de Curitiba e ter acompanhado indiretamente o trâmite do processo ocorrido na escola, observando que mesmo tendo havido ali uma “eleição” para o cargo de direção escolar com apenas uma chapa, sentiu-se um clima de tensão devido ao processo avaliativo, uma vez que este previa a perda do cargo em caso de não se atender aos critérios propostos.

Contudo, mesmo dentro dessa realidade, foi possível observar as diferentes relações de poder durante aquele processo e que se manifestam no cotidiano da escola, interferindo positivamente ou negativamente no andamento das ações.

Constata-se que as alterações legais que são direcionadas para possíveis mudanças no âmbito escolar, especificamente aqui, relacionadas a gestão escolar refletem em movimentos no interior da escola que podem desencadear em um reforço do autoritarismo ou na abertura da gestão democrática, dependendo de como são conduzidas por suas mantenedoras e até mesmo pelos integrantes da comunidade escolar.

Diante desta realidade o problema colocado para esta pesquisa foi: o processo de avaliação da gestão das equipes diretivas, realizado nas escolas da rede pública do estado do Paraná, garantiu a retratação de uma avaliação que comprovou (ou não) uma gestão com qualidade e democrática, considerando os critérios estabelecidos para a emissão do parecer emitido pelo Conselho Escolar, que ao final apontaria como favorável, favorável com ressalvas ou desfavorável?

Para compreender como se deu todo esse processo e responder ao problema delimitou-se como objetivo geral compreender de que forma o processo de avaliação da gestão das equipes diretivas garantiu a constatação (ou não) de que a gestão

estava sendo democrática e se o mesmo processo cumpriu o objetivo de ser uma avaliação formativa. Nesta direção, delimitou-se como objetivos específicos: identificar o conteúdo relevante das legislações que direcionaram o processo avaliativo da gestão das equipes diretivas, bem como, do processo de “eleição” destas; compreender como se deu a formulação destas legislações e os segmentos envolvidos; analisar os resultados obtidos após o processo avaliativo das gestões e os reflexos das situações relacionadas à eleição dos/das diretores/diretoras que possam ter interferido nesta avaliação; compreender como se deu o papel das diferentes instâncias (mantenedora, escola, sindicato) no processo avaliativo e suas interferências.

Com isso, atuando em escolas públicas, pude observar as diferenças sutis ou explícitas de cada diretor ou diretora em diferentes estabelecimentos de ensino, buscando compreender os caminhos tomados por cada um em suas gestões, seja por tomar decisões de forma unilateral ao ouvir frases do tipo “Eu sou ou não diretora desta escola? Portanto, as coisas vão acontecer como eu quero...” ou “Esta é uma questão para ser discutida e decidida com o coletivo, não posso tomar essa decisão sozinho!”. Estas diferentes experiências me fizeram questionar, ao acompanhar de forma indireta o processo de avaliação da gestão proposto pela SEED, analisando se realmente esse processo seria suficiente para demonstrar e comprovar se uma determinada gestão era democrática ou não.

A justificativa desta pesquisa se dá pela busca em analisar a relevância de um processo avaliativo da gestão escolar, bem como, as contribuições ou não deste processo de uma gestão democrática.

Enfatiza-se aqui que o processo de avaliação da gestão das escolas públicas da rede estadual foi pioneiro no Estado do Paraná. Analisá-lo contribuiu na compreensão das intencionalidades postas (explícitas ou não), bem como, se uma avaliação num período de dois anos de gestão retratou tempo suficiente para se atingir totalmente ou parcialmente as ações propostas no Plano de Ação das Equipes Diretivas.

Além disso, há que se considerar que gestão democrática é política enquanto fenômeno, uma vez que constantemente lida-se, no interior da escola, com conflitos e estes são relações de disputas de poder entre os diferentes segmentos. Paro (2010, p. 768) elucida afirmando que

Essas características da coordenação do esforço humano coletivo remetem obrigatoriamente ao seu caráter necessariamente político. Ao se adotar um conceito suficientemente amplo de política – como a produção da convivência entre grupos e pessoas, ou seja, entre entes que, em sua dimensão subjetiva, possuem vontades e interesses próprios que podem ou não coincidir com os interesses dos demais –, percebe-se então o caráter nitidamente político da coordenação do esforço humano coletivo no interior de determinada empresa ou organização.

Dentro deste contexto, é necessário desmistificar o conceito de poder, uma vez que esta disputa é necessária, pois levará à escola a construir caminhos e estratégias que proporcionarão a socialização na busca da horizontalização da gestão e das relações na escola. Sobre as relações de poder no interior da escola, Souza (2012, p. 160) diz que,

(...) o controle sobre o poder escolar garante a definição dos ideais sobre os quais se edificarão os processos de gestão e, ao mesmo tempo, a própria gestão é um processo de busca, conquista, disputa e/ou diálogo e socialização do controle desse poder de decisão sobre os rumos que a instituição segue. A coordenação da política escolar é, em última análise, o objeto da gestão escolar.

Fará parte dessa disputa as orientações, concepções e ações postas no e para o Projeto Político Pedagógico, as normas escolares, os procedimentos administrativos e institucionais, a rotina escolar, as relações institucionais e a forma como será conduzido o processo pedagógico e administrativo.

A partir dessa lógica de gestão considera-se imprescindível que a gestão seja submetida à avaliação, pois esta também é uma ferramenta da própria gestão. Segundo Dias e Melão (2009, p. 197) esta avaliação deve ser realizada por toda a comunidade escolar e é uma atividade que deve fazer parte dos processos habituais, que não deve ser estranhada por nenhum setor da comunidade, e que todos devem ver como uma forma de evoluir, de melhorar, de atingir a qualidade por todos desejada.

Considera-se que um processo avaliativo de gestão tenha como objetivo proporcionar uma análise fundamentada das ações planejadas, monitoradas, executadas e avaliadas, portanto, tal processo, conforme Dias e Melão (2009, p. 199), deve ser mais do que ameaçador para o indivíduo ou para a instituição/organização, a avaliação deve ser o aspecto mais vital e facilmente aceite pelo meio escolar. Portanto, não deve ser estranho ao esquema natural da atividade

escolar e não deve ser encarado como uma fonte de recompensa ou punição, mas sim como um instrumento necessário para que a escola atinja os objetivos traçados.

Com isso, tanto a gestão (democrática) quanto a avaliação precisam ter o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar. Considera-se aqui, numa análise empírica, que os pais e responsáveis muitas vezes são os que menos participam nas ações da escola (por motivos diversos que se desdobraria em outra análise) e que necessitam compreender o papel da família na escola, uma vez que a própria escola por vezes só os chama para tomar ciência de “problemas”. Além disso, há que se considerar, segundo Souza (2009, p. 134) “até que ponto a participação dos pais e alunos na definição e na avaliação dos rumos da escola é bem-aceita pelos professores e dirigentes? De outro lado, é importante compreender que nem sempre estar presente é a forma de participação eleita pelos pais e familiares dos alunos.”

A escola deve proporcionar, por meio da gestão, uma democracia social, colocando as pessoas em diálogo para que haja uma efetiva participação, pois, as discussões coletivas propiciam o olhar de diferentes segmentos sobre determinados problemas, criando assim relações horizontais entre esses segmentos. Considera-se ainda, que se a gestão quiser, pode inclusive não permitir qualquer manifestação.

Segundo Souza (2009, p. 136),

(...)a gestão (da escola) pública é mais do que tomar decisões. Implica identificar problemas, acompanhar ações, controlar e fiscalizar, avaliar resultados. Se se trata de democratizar a gestão (da escola) pública, e isso pressupõe a ampliação da participação das pessoas nessa gestão, isso significa que a participação não pode se resumir aos processos de tomada de decisões. Nesse sentido, a participação democrática pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade.

A participação da comunidade escolar está relacionada a construção da democracia na formação humana, política e cidadã. Para Souza (2009, p. 125 e 126):

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade

escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Para desenvolver a pesquisa, a metodologia foi de abordagem quantitativa ao se buscar os dados relevantes sobre os resultados atingidos nas “eleições” para direção escolar na rede estadual do Paraná em 2015, bem como, os resultados obtidos com o processo avaliativo de gestão realizado na maior parte destas escolas em 2018 (referente a gestão 2016-2017) e qualitativa ao se buscar por meio de revisão bibliográfica fontes relacionadas à gestão escolar e o conceito de avaliação formativa. A pesquisa baseou-se em diversos autores e documentos que vieram a contribuir na compreensão do papel do gestor escolar e a importância da avaliação da gestão que realmente retrate os avanços atingidos e os desafios a serem alcançados.

Na primeira seção abordou-se sobre os resultados obtidos após a conclusão do processo avaliativo das gestões escolares, identificando o número de equipes diretivas que participaram desse processo no estado, bem como a quantidade de escolas, por Núcleo Regional de Educação, que recebeu parecer favorável, favorável com ressalvas ou desfavorável. Em seguida são apontados os dados referentes ao processo de consulta à comunidade escolar para designação de diretores e diretores auxiliares das instituições de ensino da rede estadual de educação básica do Paraná em 2015, indicando o número de escolas em que houve disputa nesse processo e suas relações posteriores com o processo de avaliação das gestões das equipes diretivas.

Na segunda e terceira seções foram apresentadas as legislações que direcionaram o processo avaliativo das gestões a partir da Resolução SEED nº 5.547 de 27 de outubro de 2017 que regulamentou o artigo 18 da Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015, e as eleições para o cargo de direção, a partir da Lei nº 18.590 de 13 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 9556 de 15 de outubro de 2015 a qual definiu os critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Na quarta seção foram descritas as entrevistas considerando aqui os profissionais da educação (mantenedora e sindicato) que estiveram envolvidos na elaboração das legislações que orientaram os processos supracitados, bem como, o

olhar de quem esteve na escola acompanhando o andamento e a execução das ações previstas no processo avaliativo das gestões das equipes diretivas.

Na quinta seção analisou-se as diferentes formas de provimento do cargo de diretor(a) escolar encontradas no Brasil e suas relações com uma Gestão Democrática.

Na sexta seção apresentou-se a análise referente aos conceitos relacionados à avaliação da Gestão Escolar com enfoque na avaliação formativa prevista como sendo a base do processo avaliativo da gestão 2016-2017 das equipes diretivas das escolas da rede estadual do Paraná.

E por fim, considerando o processo avaliativo das equipes diretivas analisou-se se este realmente avaliou, cotejando os dados levantados junto à SEED-PR, às entrevistas e aos resultados obtidos entre as “eleições” e as avaliações das gestões.

1. QUADRO PANORÂMICO DAS EQUIPES DIRETIVAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

1.1 O PROCESSO AVALIATIVO DA GESTÃO DAS EQUIPES DIRETIVAS REFERENTE AO PERÍODO DE 2016 E 2017

Analizando os dados referentes aos resultados dos processos avaliativos das equipes diretivas das escolas da rede estadual do Paraná, referente ao período de gestão de 2016 e 2017 foi possível observar o número total das unidades de ensino, separadas pelos Núcleos Regionais de Educação, que participaram desse processo, bem como, o número de pareceres favoráveis, favoráveis com ressalvas e desfavoráveis:

- O NRE de Apucarana teve 60 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 3 apresentaram parecer favorável com ressalvas. As demais (57) tiveram parecer favorável;
- O NRE da Área Metropolitana Norte teve 102 escolas participando do processo avaliativo de gestão e todas tiveram parecer favorável;
- O NRE da Área Metropolitana Sul teve 122 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 3 apresentaram parecer favorável com ressalvas e 1 desfavorável. As demais (118) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Assis Chateaubriand teve 27 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de Cascavel teve 86 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de Campo Mourão teve 51 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 2 apresentaram parecer favorável com ressalvas. As demais (49) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Cianorte teve 31 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de Cornélio Procopio teve 61 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (60) tiveram parecer favorável;

- O NRE de Curitiba teve 145 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 3 apresentaram parecer favorável com ressalvas e 4 desfavoráveis. As demais (138) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Dois Vizinhos teve 31 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de Foz de Iguaçu teve 62 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (61) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Francisco Beltrão teve 84 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (83) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Goioerê teve 30 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (29) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Guarapuava teve 49 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (48) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Ibaiti teve 29 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas apresentaram parecer favorável;
- O NRE de Irati teve 29 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas apresentaram parecer favorável;
- O NRE de Ivaiporã teve 51 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer desfavorável. As demais (50) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Jacarezinho teve 44 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (43) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Laranjeiras do Sul teve 53 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas apresentaram parecer favorável;
- O NRE de Loanda teve 27 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas apresentaram parecer favorável;
- O NRE de Londrina teve 115 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas apresentaram parecer favorável;

- O NRE de Maringá teve 89 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 2 apresentaram parecer favorável com ressalvas. As demais (87) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Paranaguá teve 50 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas e 1 desfavorável. As demais (48) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Paranaíba teve 44 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas apresentaram parecer favorável;
- O NRE de Pato Branco teve 60 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas e 1 desfavorável. As demais (58) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Pitanga teve 31 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de Ponta Grossa teve 102 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (101) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Telêmaco Borba teve 45 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 1 apresentou parecer favorável com ressalvas. As demais (44) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Toledo teve 83 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que 2 apresentaram parecer favorável com ressalvas. As demais (81) tiveram parecer favorável;
- O NRE de Umuarama teve 65 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de União da Vitória teve 40 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável;
- O NRE de Wenceslau Braz teve 29 escolas participando do processo avaliativo de gestão, sendo que todas tiveram parecer favorável.

Com isso, observou-se que no Paraná haviam 2121 escolas que compunham a rede estadual de ensino no ano de 2015, sendo que 1927 participaram do processo avaliativo da gestão das equipes diretivas referente ao período de 2016 e 2017, destas 25 obtiveram parecer favorável com ressalvas e 8 tiveram parecer desfavorável, representando 1,2% e 0,4%, respectivamente, sendo 1894 ou 98,2% com parecer favorável.

1.2 O PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA A DESIGNAÇÃO DE DIRETORES E DIRETORES AUXILIARES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ EM 2015

Como forma de elucidar os dados do processo avaliativo das equipes diretivas analisou-se, também, os resultados e informações referentes ao processo de consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ocorrido no ano de 2015:

- No NRE de Apucarana 61 escolas participaram do processo de consulta, sendo que em 22 escolas houve disputa, isto é, mais de uma chapa candidata ao cargo de diretor e diretor auxiliar, além disso, das 3 que apresentaram parecer favorável com ressalvas em uma houve disputa e a chapa mais votada apresentou 51% dos votos válidos e nas outras duas não houve disputa, sendo uma delas eleita com 76% e a outra com 100% dos votos válidos;
- No NRE da Área Metropolitana Norte 111 escolas compunham este núcleo, sendo que 5 escolas não participaram do processo de consulta, 1 teve o processo impugnado e em 45 delas houve disputa;
- No NRE da Área Metropolitana Sul 128 escolas compunham este núcleo, sendo que 06 não participaram do processo de consulta, 1 não houve inscritos e em 48 houve disputa, além disso, das 3 que apresentaram parecer favorável com ressalvas em duas houve disputa e as chapas selecionadas obtiveram 95% e 100% dos votos válidos e na que teve parecer desfavorável houve disputa com a inscrição de 4 chapas;
- No NRE de Assis Chateaubriand 30 escolas participaram do processo de consulta, sendo que em 7 houve disputa;
- No NRE de Cascavel havia 92 escolas participando do processo, sendo que destas em 21 houve disputa;
- O NRE de Campo Mourão era composto por 56 escolas, sendo que 6 não participaram do processo de consulta e em 13 houve disputa. Das 2 escolas que apresentaram parecer favorável com ressalvas em ambas não houve disputa sendo que chapas obtiveram 72% e 98% dos votos válidos;

- O NRE de Cianorte era formado por 33 escolas, sendo que 1 não participou do processo de consulta, pois estava em processo de cessação. Em 6 escolas houve disputa;
- No NRE de Cornélio Procopio havia 65 escolas, sendo que 5 não participaram do processo de consulta, em uma não houve inscitos, em 15 houve disputa, sendo uma delas a que apresentou parecer favorável com ressalvas na qual houve a candidatura de 3 chapas com a vencedora obtendo 52% dos votos válidos;
- No NRE de Curitiba havia 162 escolas, sendo que 8 não participaram do processo de consulta, em 3 na primeira etapa não houve quórum mínimo, em 1 não houve inscrito, pois estava em processo de cessação e em 58 houve disputa. Das 3 escolas que apresentaram parecer favorável com ressalvas em duas houve disputa com duas chapas em cada sendo que as vencedoras apresentaram 53% e 81% dos votos válidos. Em relação as 4 escolas que tiveram parecer desfavorável, observou-se que uma delas não teve quórum mínimo, duas houve disputa com duas chapas sendo que as vencedoras obtiveram 59% e 84% dos votos válidos e em uma delas não houve disputa tendo a chapa 97% dos votos válidos;
- No NRE de Dois Vizinhos 34 escolas participaram do processo de consulta, sendo que em 8 houve disputa;
- No NRE de Foz de Iguaçu 66 escolas participaram do processo de consulta, sendo que em 25 houve disputa. A escola que apresentou parecer favorável com ressalvas não teve disputa sendo que a chapa obteve 92% dos votos válidos;
- No NRE de Francisco Beltrão havia 94 escolas, sendo que 1 não participou do processo de consulta, em 9 houve disputa e em 3 não houve inscrições. A escola que apresentou parecer favorável com ressalvas teve disputa tendo a chapa mais votada 62% dos votos válidos;
- No NRE de Goioerê havia 33 escolas sendo que 2 não participaram do processo de consulta, pois estavam em processo de cessação e em 9 houve disputa. Na escola que obteve parecer favorável com ressalvas teve disputa entre 2 chapas, tendo 50,29% dos votos válidos a mais votada;
- No NRE de Guarapuava havia 59 escolas, sendo que 7 não participaram do processo de consulta e em 15 houve disputa. Na escola que obteve parecer favorável com ressalvas não houve disputa tendo a chapa 80% dos votos válidos;
- No NRE de Ibaiti havia 29 escolas, sendo que 2 não participaram do processo de consulta em 10 houve disputa;

- No NRE de Irati havia 54 escolas sendo que 4 não participaram do processo de consulta e em 14 houve disputa;
- No NRE de Ivaiporã havia 52 escolas, sendo que 4 não participaram do processo de consulta, em 13 houve disputa e em 1 não houve inscritos. Na escola que obteve parecer desfavorável não consta, no documento fornecido pela SEED/PR a informação com os dados sobre o processo de consulta;
- No NRE de Jacarezinho havia 48 escolas, sendo que 4 não participaram do processo de consulta e em 14 houve disputa. Na escola que obteve parecer favorável com ressalvas houve disputa com a candidatura de 3 chapas sendo que a mais votada obteve 43,64% dos votos válidos;
- No NRE de Laranjeiras do Sul havia 59 escolas, sendo que 8 não participaram do processo de consulta, em 9 houve disputa e em 2 na primeira etapa do processo não houve quórum mínimo;
- No NRE de Loanda havia 27 escolas que participaram do processo de consulta, sendo que em 6 houve disputa e em 1 não houve inscritos;
- No NRE de Londrina havia 121 escolas, sendo que 6 não participaram do processo de consulta e houve disputa em 32 delas;
- No NRE de Maringá havia 96 escolas, sendo que 5 não participaram do processo de consulta e em 25 houve disputa. Nas 2 escolas que apresentaram parecer favorável com ressalvas, em uma não houve disputa e na outra houve com duas chapas candidatas sendo que a mais votada obteve 51,6% dos votos válidos;
- No NRE de Paranaguá havia 60 escolas, sendo que 8 não participaram do processo de consulta e em 23 houve disputa. Na escola que apresentou parecer favorável com ressalvas houve disputa com 2 chapas e situação semelhante ocorreu na escola com parecer desfavorável. Na primeira, a chapa mais votada obteve 51,79% dos votos válidos e na segunda 51,60%;
- No NRE de Paranavaí havia 46 escolas que participaram do processo de consulta, sendo que em 7 houve disputa;
- No NRE de Pato Branco havia 72 escolas, sendo que 7 não participaram do processo de consulta, em 2 não houve inscritos e em 18 houve disputa. Na escola que apresentou parecer favorável com ressalvas houve disputa com duas chapas sendo que a mais votada obteve 55,67% dos votos e na escola com parecer desfavorável não houve disputa e a chapa obteve 52,54% dos votos válidos;

- No NRE de Pitanga havia 34 escolas que participaram do processo de consulta, sendo que em 17 houve disputa;
- No NRE de Ponta Grossa havia 113 escolas, sendo que 9 não participaram do processo de consulta, em 4 não houve inscritos, em 42 houve disputa e em outras 4 havia a indicação “suspensa”, observando-se que estas se localizavam no mesmo município. Na escola que apresentou parecer favorável com ressalvas não houve disputa, obtendo a chapa 93,24% dos votos válidos;
- No NRE de Telêmaco Borba havia 46 escolas, sendo que 4 não participaram do processo de consulta e houve disputa em 11 delas. Na escola que apresentou parecer favorável com ressalvas houve disputa com duas chapas sendo que a mais votada obteve 74,71% dos votos válidos;
- No NRE de Toledo havia 95 escolas sendo que 6 não participaram do processo de consulta, em 2 não houve inscritos e em 17 houve disputa. Nas 2 escolas que apresentaram parecer favorável com ressalvas, em uma houve disputa entre duas chapas, sendo que a mais votada obteve 50,63% dos votos válidos e na outra não houve disputa e a chapa obteve 97,78% dos votos;
- No NRE de Umuarama havia 67 escolas que participaram do processo de consulta, sendo que em 11 houve disputa;
- No NRE de União da Vitória havia 45 escolas que participaram do processo de consulta, sendo que em 11 houve disputa;
- No NRE de Wenceslau Braz havia 33 escolas, sendo que uma não participou do processo de consulta e em 12 houve disputa.

A partir destes dados constatou-se que a partir dos dados do ano de 2015 havia um total de 2121 escolas, sendo que 2012 participaram do processo de consulta e em 593 escolas houve disputa.

Relacionando, assim, os dados sobre as disputas ocorridas no processo consultivo de 2015 e o processo avaliativo das equipes diretivas constatou-se que no processo avaliativo da gestão das equipes diretivas 25 escolas apresentaram parecer favorável com ressalvas, sendo que destas, 14 tiveram disputa no processo realizado em 2015 e em 11 o processo ocorreu com chapa única. Das escolas que apresentaram parecer desfavorável, em 4 houve disputa, em 3 não houve e em uma não foi possível identificar essa informação.

Para compreender melhor as informações até aqui apresentadas estas foram organizadas na tabela abaixo:

TABELA 1 - PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA DESIGNAÇÃO DE DIRETORES E DIRETORES AUXILIARES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ

NRE	Total de escolas em 2015	Escolas que participaram do processo de consulta em 2015		Escolas que tiveram disputa	
		Nº	%	Nº	% (com base no total que fez parte do processo)
Apucarana	61	61	100%	22	36%
AM Norte	111	106	95%	45	42%
AM Sul	128	122	95%	48	39%
Assis Chateaubriand	30	30	100%	7	23%
Cascavel	92	92	100%	21	22%
Campo Mourão	56	50	89%	13	26%
Cianorte	33	32	96%	6	18%
Cornélio Procopio	65	60	92%	15	25%
Curitiba	162	154	95%	58	37%
Dois Vizinhos	34	34	100%	8	23%
Foz de Iguaçu	66	66	100%	25	37%
Francisco Beltrão	94	93	98%	9	9%
Goioerê	33	31	93%	9	29%
Guarapuava	59	52	88%	15	28%
Ibaiti	29	27	93%	10	37%
Irati	54	50	92%	14	28%
Ivaiporã	52	48	92%	13	27%
Jacarezinho	48	44	91%	14	31%
Laranjeiras do Sul	59	51	86%	9	17%
Loanda	27	27	100%	6	22%
Londrina	121	115	95%	32	27%
Maringá	96	91	94%	25	27%
Paranaguá	60	52	86%	23	44%
Paranavaí	46	46	100%	7	15%
Pato Branco	72	65	90%	18	27%
Pitanga	34	34	100%	17	50%
Ponta Grossa	113	104	92%	42	40%
Telêmaco Borba	46	42	91%	11	26%
Toledo	95	89	93%	17	19%
Umuarama	67	67	100%	11	16%
União da Vitória	45	45	100%	11	24%
Wenceslau Braz	33	32	96%	12	37%
Total	2121	2012	94%	593	29%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná

TABELA 2 - PROCESSO AVALIATIVO DA GESTÃO DAS EQUIPES DIRETIVAS REFERENTE AO PERÍODO DE 2016 E 2017

NRE	Total de escolas que participaram do processo de consulta em 2015	Escolas que participaram do processo avaliativo de gestão (2016 - 2017)		Escolas que tiveram parecer favorável com ressalvas e tiveram disputa em 2015		Escolas que tiveram parecer favorável com ressalvas e não tiveram disputa em 2015		Escolas que tiveram parecer desfavorável e tiveram disputa em 2015		Escolas que tiveram parecer desfavorável e não tiveram disputa em 2015		Escolas que tiveram parecer desfavorável e sem informação sobre a disputa de 2015	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apucarana	61	60	98%	1	1%	2	3%	0	-	0	-	-	-
AM Norte	106	102	96%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
AM Sul	122	122	100%	2	1%	1	0,8%	1	0,8%	0	-	-	-
Assis Chateaubriand	30	27	90%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Cascavel	92	86	93%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Campo Mourão	50	51	102%	0	-	2	3%	0	-	0	-	-	-
Cianorte	32	31	96%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Cornélio Procopio	60	61	101%	1	1%	0	-	0	-	0	-	-	-
Curitiba	154	145	94%	2	1%	1	0,6%	2	1%	2	1%	-	-
Dois Vizinhos	34	31	91%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Foz de Iguaçu	66	62	93%	0	-	1	1%	0	-	0	-	-	-
Francisco Beltrão	93	84	90%	1	1%	0	-	0	-	0	-	-	-
Goioerê	31	30	96%	1	3%	0	-	0	-	0	-	-	-
Guarapuava	52	49	94%	0	-	1	2%	0	-	0	-	-	-
Ibaiti	27	29	107%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Irati	50	29	58%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Ivaiporã	48	51	106%	0	-	0	-	0	-	0	-	1	1%
Jacarezinho	44	44	100%	1	2%	0	-	0	-	0	-	-	-
Laranjeiras do Sul	51	53	103%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Loanda	27	27	100%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Londrina	115	115	100%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Maringá	91	89	97%	1	1%	1	1%	0	-	0	-	-	-
Paranaguá	52	50	96%	1	2%	0	-	1	2%	0	-	-	-
Paranavaí	46	44	95%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Pato Branco	65	60	92%	1	1%	0	-	0	-	1	1%	-	-
Pitanga	34	31	91%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-

Ponta Grossa	104	102	98%	0	-	1	0,9 %	0	-	0	-	-	-
Telêmaco Borba	42	45	107 %	1	2%	0	-	0	-	0	-	-	-
Toledo	89	83	93%	1	1%	1	1%	0	-	0	-	-	-
Umuarama	67	65	97%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
União da Vitória	45	40	88%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Wenceslau Braz	32	29	90%	0	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Total	2012	1927	95%	14	0,7 %	11	0,5 %	4	0,2%	4	0,2%	1	0,05 %

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

2. LEI ESTADUAL Nº 18.590 DE 13/10/2015

A Lei nº 18590 de 13 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial nº. 9556 de 15 de outubro de 2015 definiu os critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e será aqui detalhada para que se possa compreender o processo de avaliação das equipes diretivas das escolas da rede estadual do Paraná, uma vez que a Resolução SEED 5547 de 27 de outubro de 2017 foi criada com base no artigo 18 da citada lei.

A lei prevê inicialmente que a designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é competência do Poder Executivo, nos termos desta Lei, mediante delegação da escolha à Comunidade Escolar, em consulta realizada simultaneamente em todos os estabelecimentos de ensino. Contudo, indica que os estabelecimentos de ensino relacionados, conforme critérios abaixo, eram exceções à tal lei:

- Regidos por convênios ou congêneres celebrados com a Secretaria de Estado da Educação - Seed que prevejam outra forma de consulta para designação de Diretores;
- De comunidades indígenas e quilombolas;
- Que funcionam em prédios privados, cedidos ou alugados de instituições religiosas, salvo previsão no respectivo instrumento;
- Da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- Das Unidades Prisionais e dos Centros de Socioeducação – Cense.

Considerou que a Comunidade Escolar era composta por professores, funcionários, pais ou responsáveis e os alunos do estabelecimento de ensino.

O Capítulo II, da referida lei indica o período previsto para o processo, resguardando possíveis alterações, além de apontar que será “por meio de voto por chapa, direto, secreto, igualitário e facultativo aos membros da comunidade escolar aptos a votar, sendo vedado o voto por representação”.

Afirma ainda quem são responsáveis por supervisionar, coordenar e executar todo o processo de consulta, além de indicar quem está apto a votar (professores; funcionários; responsáveis perante a escola pelo aluno menor de dezesesseis anos não votante; alunos com, no mínimo, dezesesseis anos completos, até a data da consulta).

Prevê que haverá em cada estabelecimento de ensino uma Comissão Consultiva Local, paritária, composta por: dois representantes do segmento de representantes legais dos alunos; dois representantes de professores, dois representantes de funcionários e dois representantes de alunos, eleitos por seus pares, em assembleias convocadas pela direção, especificamente para este fim, além de esclarecer quais são as atribuições dessa Comissão e quem não pode fazer parte dela.

Indica quais são os critérios para compor a Comissão Consultiva Regional (profissionais do Núcleo Regional da Educação: chefe do NRE; dois representantes do grupo de recursos humanos; dois representantes da equipe pedagógica; um representante do financeiro) e a Comissão Consultiva Central (profissionais da Secretaria de Estado da Educação: um representante da Superintendência de Educação - Sued; um representante da Superintendência de Desenvolvimento Educacional - Sude; um representante do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS; um representante do Departamento de Legislação Escolar – DLE; um representante do Departamento de Gestão Escolar – DGE).

A seguir detalha como se dará o registro das chapas candidatas e seus devidos critérios e requisitos. Ressalta-se aqui o requisito de ter participado de Curso de Gestão Escolar específico em formação continuada, oferecido pela Seed, ou em parceria com outras instituições formadoras, ou do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE¹, na linha de estudo de Gestão Escolar, ou de Curso de Pós-Graduação lato ou *strictu sensu*, com ênfase em gestão escolar, comprovado mediante diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e de que apresentem proposta de Plano de Ação compatível com o Projeto Político Pedagógico do respectivo estabelecimento de ensino e com as políticas educacionais da Seed.

São indicados quais são os critérios que impedem a candidatura, destacando-se aqui o inciso III que diz que também não poderão se candidatar aqueles que tiveram prestação de contas reprovadas, enquanto: **a)** não decorridos cinco anos da decisão, não sujeita a recurso, que reprovou a prestação de contas, contados do

¹ O PDE é uma política pública de Estado regulamentado pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010. O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, integrado às atividades da formação continuada em educação, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, conforme previsto no "Plano de carreira do magistério estadual", Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

primeiro dia útil subsequente da irrecorribilidade da citada decisão, até a data da inscrição da chapa; e **b)** não tiver ressarcido o dano, quando imputada tal obrigação.

No Capítulo IV são detalhadas as questões relacionadas ao voto e a homologação da consulta. Sobre o quórum exige-se que o mínimo de comparecimento para homologar o processo de consulta seja de pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) dos constantes da lista de aptos a votar, após aprovação pela Comissão Consultiva Local do estabelecimento de ensino, sendo computados os brancos e excluídos os nulos.

Há previsão de mais dois momentos para nova consulta caso não haja quórum mínimo e indica-se ainda os procedimentos em duas situações diferentes, conforme aponta os artigos 13 e 14 a seguir:

- **Art. 13.** Nos estabelecimentos de ensino em que houver chapa única, o resultado da consulta será homologado desde que a totalidade dos votos válidos não seja inferior ao número de votos brancos e nulos, caso em que será realizada nova votação, no prazo máximo de quinze dias, a contar da data do processo de consulta inicialmente fixado.

- **Art. 14.** Nos estabelecimentos de ensino em que houver a inscrição de três chapas ou mais, e a chapa vencedora eleita obtiver menos de 40% (quarenta por cento) dos votos válidos, deverá ser realizada uma segunda consulta, após quinze dias, concorrendo somente as duas chapas com maior número de votos válidos.

Em seguida, ainda neste capítulo, são esclarecidas as situações que preveem os casos de empate, a orientação sobre recursos além da publicação do ato de nomeação e posse dos designados.

No Capítulo V “Das Disposições Gerais” inicia o artigo 18, o qual fundamenta a Resolução a ser tratada a seguir, diz:

Art. 18. A designação para o exercício das funções de Diretor e Diretor Auxiliar será efetuada para um período de quatro anos, sendo que, ao completar dois anos, esses deverão apresentar ao Conselho Escolar, relatório com informações sobre o Plano de Ação proposto para o período correspondente, em até trinta dias antes do final do prazo estabelecido, bem como comprovar que não existem prestações de contas em atraso ou reprovadas do estabelecimento de ensino.

§1º Sendo atendidos os requisitos constantes no *caput* deste artigo, o Diretor e o Diretor Auxiliar poderão dar prosseguimento ao Plano de Ação para os dois anos subsequentes.

§2º Não sendo atendidos os requisitos do *caput* deste artigo, o Conselho Escolar poderá propor a adequação do Plano de Ação, com acompanhamento constante.

§3º Se o Conselho Escolar, por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, entender que não há possibilidade de adequação e indicar o não prosseguimento da gestão prevista no *caput* deste artigo, deverá ser convocado novo processo de consulta.

O artigo 19 indica que a função de Diretor ou de Diretor Administrativo deve ser exercida com conhecimento das técnicas de gestão pedagógica, administrativa-financeira e democrática. Além de afirmar que a gestão democrática deverá garantir um processo político por meio do qual os diferentes atores na escola discutam, deliberem e planejem, solucionem problemas e os encaminhem, acompanhem, controlem e avaliem o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento do estabelecimento de ensino com ações que detalhadas em seguida como sendo: sustentação do diálogo e da alteridade; participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar; respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões; garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

O artigo 20 prevê as situações ocorridas que levam ao afastamento do Diretor e/ou Diretor Auxiliar:

I - temporariamente: **a)** com a instauração de processo administrativo disciplinar, quando as circunstâncias recomendarem esse afastamento, nos moldes da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, garantida a ampla defesa e o contraditório; **b)** em decorrência de atraso ou apontamento de irregularidade em prestação de contas que provocar a suspensão da transferência de recursos para o estabelecimento de ensino;

II - definitivamente, por: **a)** condenação criminal com trânsito em julgado ou aplicação de penalidade administrativa; **b)** reprovação de prestação de contas, sem prejuízo de responsabilização administrativa quando for o caso; **c)** insuficiência de desempenho da gestão administrativa-financeira, pedagógica ou democrática, apurada pelos setores técnicos competentes, a pedido do Conselho Escolar, aprovado por maioria absoluta da Comunidade Escolar, mediante votação convocada para essa finalidade, desde que essa convocação se dê mediante requerimento contendo assinaturas de 1/3 (um terço) do estabelecimento; **d)** descumprimento do termo de compromisso firmado ao assumir a função; **e)** não participação ou aproveitamento inferior ao mínimo estabelecido no programa oficial

de formação para gestão escolar da SEED, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrado e aceito por decisão fundamentada do Secretário de Estado da Educação.

Por fim, o documento encerra orientando as situações de vacância, afastamento ou falta do Diretor e/ou Diretor Auxiliar além de esclarecer que os casos omissos serão resolvidos pela SEED e o Secretário de Estado da Educação, mediante resolução, baixará as regulamentações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento da presente Lei.

3. RESOLUÇÃO - SEED Nº 5547 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A Resolução SEED nº 5.547 de 27 de outubro de 2017 regulamenta o artigo 18 da Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015.

A introdução da referida resolução esclarece as legislações que fundamentam e regulamentam a ação da Secretaria de Estado da Educação, colocando que dentre outras leis considera o protocolado nº 14.835.172-4 que, em verificação ao *site* de “Consulta ao Protocolo Geral do Estado do Paraná²”, apresenta-se como a tramitação da minuta da Resolução que regulamenta o artigo 18 da Lei nº 18590, de 13 de outubro de 2015, referente a regulamentação do processo avaliativo dos gestores escolares da rede pública estadual.

Os artigos iniciais estabelecem os procedimentos para a realização do processo de avaliação dos Diretores e Diretor(es) Auxiliar(es), mencionado no artigo 18 da Lei Estadual nº 18.590, de 13/10/2015 afirmando que por intermédio do processo regulamentado por meio desta Resolução serão avaliados os Diretores e Diretor(es) Auxiliar(es) designado(s) por meio do Processo de Consulta à Comunidade Escolar, regulamentado pela Resolução nº 3.373, de 19/10/2015, que atuaram no biênio 2016 e 2017.

Esclarece que os Diretores e/ou Diretor(es) Auxiliar(es) não serão avaliados individualmente, sendo considerada a Chapa inscrita no Processo de Consulta à Comunidade.

Aponta que o processo Avaliativo será pautado na avaliação formativa, ou seja, a partir da autoavaliação da Equipe Diretiva, expressa no Relatório do Plano de Ação, o Conselho Escolar analisará os dados relatados e emitirá um parecer, cuja finalidade é aprimorar o processo de gestão, permitindo o redimensionamento do trabalho por meio de um novo planejamento, com ajustes nas ações que ainda não foram alcançadas.

Indica que todo esse processo será realizado ao final do segundo ano da gestão, sob a responsabilidade do Conselho Escolar, sendo que o Diretor e o(s) Diretor(es) Auxiliar(es) darão prosseguimento à gestão durante os 02 (dois) anos subsequentes, após pronunciamento do Conselho Escolar com parecer favorável ou

²Disponível em: < <http://www.administracao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25> >. Acesso em: 20 outubro 2018.

favorável com ressalvas, conforme critérios estabelecidos nos Artigos 12 e 13 desta Resolução. Afirmar ainda que os referidos gestores não darão prosseguimento à gestão pelos próximos 02 (dois) anos subsequentes, caso o Conselho Escolar emita parecer desfavorável, conforme disposto no Art. 14 desta Resolução.

No Capítulos “Das Atribuições” a resolução em tela afirma que o processo avaliativo dos gestores escolares das instituições de ensino da Rede Pública Estadual será supervisionado pela Comissão Especial do Processo Avaliativo da Secretaria de Estado da Educação/SEED e acompanhado pela Comissão do Processo Avaliativo do Núcleo Regional de Educação - NRE, devendo ser executado pelo Conselho Escolar da instituição de ensino.

A Comissão Especial do Processo Avaliativo da Secretaria de Estado da Educação/SEED irá organizar, acompanhar e fiscalizar o processo avaliativo, orientando a Comissão Especial do Núcleo Regional de Educação - NRE, sendo que caberá ao Núcleo Regional de Educação: instituir a Comissão do Processo Avaliativo, com no mínimo 05 (cinco) integrantes, por Ato Administrativo, cujo Presidente será o Chefe do Núcleo Regional de Educação, sendo que os demais membros poderão ser: representante da Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar - CAF/NRE; representante da Educação Básica; representante da Infraestrutura e Logística; representante da Estrutura e Funcionamento; representante da Gestão Escolar; representante dos Recursos Humanos; e representante da Ouvidoria. Além disso, emitir relatório da Prestação de Contas de cada instituição de ensino, jurisdicionada ao Núcleo Regional de Educação, conforme prazo estabelecido no Cronograma desta Resolução (Anexo I); orientar os Conselhos Escolares e as Equipes Diretivas quanto ao processo avaliativo, realizando formações específicas caso seja necessário; arquivar cópias dos documentos encaminhados pelos Conselhos Escolares referentes ao Processo Avaliativo; encaminhar à Comissão Especial da Secretaria de Estado da Educação - SEED os relatórios e documentos referentes ao processo avaliativo, caso sejam solicitados.

Ao Conselho Escolar a resolução determina que: realize as ações sob sua responsabilidade descritas no Cronograma (Anexo I) desta Resolução, atendendo aos prazos estipulados; convoque seus membros com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para as reuniões extraordinárias, referentes ao Processo Avaliativo; analise e avalie os relatórios mencionados no Art. 8.º desta Resolução; acompanhe

a explanação da Equipe Diretiva referente aos relatórios mencionados no Art. 8.º desta Resolução; emita parecer conclusivo do processo avaliativo, com fundamento nos documentos constantes no Art. 8.º desta Resolução e na explanação da Equipe Diretiva, indicando, quando necessário, adequações no Plano de Ação; redija Atas das reuniões relacionadas ao Processo Avaliativo; e encaminhe ao NRE cópias dos documentos resultantes do Processo Avaliativo, conforme Cronograma desta Resolução (Anexo I).

Para a organização do processo a resolução diz que o Diretor e Diretor(es) Auxiliar(es), designados para a função, deverão entregar ao Conselho Escolar, no prazo estabelecido no Cronograma (Anexo I) desta Resolução, os relatórios sobre: o Plano de Ação da Equipe Diretiva (Anexo II), contemplando todas as ações dispostas nas dimensões: Gestão Democrática; Avaliação; Prática Pedagógica; Acesso, Permanência e Sucesso na Escola; Ambiente Educativo; Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola e Ambiente Físico Escolar; e as Prestações de Contas do Fundo Rotativo, relativas ao exercício financeiro do ano de 2016, emitidas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR e a comprovação da entrega no prazo, da Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2017, emitida pela Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar -CAF/NRE.

Detalha ainda que o Plano de Ação mencionado corresponde ao que foi apresentado pela Equipe Diretiva na proposição da candidatura ou readequado, desde que tais adequações tenham sido aprovadas anteriormente pelo Conselho Escolar. Além disso, a Equipe Diretiva deverá explicar sobre ações contidas nos relatórios em reunião extraordinária do Conselho Escolar e organizar deixando à disposição do Conselho Escolar documentos que subsidiem o Processo Avaliativo. Ressalta que a Equipe Diretiva não poderá participar do Processo Avaliativo, exceto nos momentos em que sua presença for exigida conforme previsto nesta Resolução para entrega dos Relatórios, explanação e ciência do Parecer.

Declara-se que para as reuniões extraordinárias do Conselho Escolar referentes ao Processo Avaliativo, deverão ser convocados todos os Conselheiros eleitos, os quais representam os segmentos da Comunidade Escolar, constando em tais convocações as datas, horários e pautas específicas. Define que caso não ocorra a participação de todos os Conselheiros, o quórum mínimo será de 2/3 (dois terços) dos eleitos. Indica que as ações descritas no Cronograma (Anexo I) poderão

ser organizadas a critério do Conselho Escolar, respeitados os prazos estipulados, além de que o Conselho Escolar deverá reunir-se posteriormente à explanação da Equipe Diretiva, visando à avaliação e emissão de parecer conclusivo.

Manifesta ainda que deverão ser arquivados na instituição de ensino os documentos originais referentes ao Processo Avaliativo, sendo eles: Convocação do Conselho Escolar; Relatórios do Plano de Ação e das prestações de contas; Atas; Parecer(es) do Conselho Escolar, conforme Anexo III; Termo(s) de Ciência do Parecer do Conselho Escolar, conforme Anexo IV.

No capítulo III que trata sobre o Processo Avaliativo a Resolução relata que o Conselho Escolar, após análise dos documentos citados no Art. 8.º desta Resolução e a sua explanação pela Equipe Diretiva, deverá reunir-se para a avaliação e emissão do Parecer Conclusivo do Processo Avaliativo sendo que a reunião de que trata o *Caput* deste Artigo será extraordinária com convocação específica para realizar a avaliação e a emissão de parecer conclusivo.

A seguir instrui que os critérios para a emissão do parecer favorável são: prestação de contas, referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2016, aprovada pelo órgão competente; prestação de contas, referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2017, de ambos os semestres, entregues no prazo estabelecido pelo Decreto Estadual nº 2.404, de 15/09/2015 e relatório do Plano de Ação com no mínimo 50% das ações propostas no Plano, concluídas ou em processo.

Para emissão de parecer favorável com ressalvas os critérios indicados são: prestação de contas, referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2016, aprovada pelo órgão competente; prestação de contas, referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2017, de ambos os semestres, entregues no prazo estabelecido pelo Decreto Estadual nº 2.404, de 15/09/2015; e relatório do Plano de Ação com 30% a 49% das ações propostas no Plano, concluídas ou em processo.

Para emissão de parecer desfavorável, os critérios estabelecidos para parecer favorável não foram atendidos e se 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Escolar entenderem que não há possibilidade de adequação do Plano de Ação. Portanto, serão considerados para emissão de parecer desfavorável: prestação de contas referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2016, reprovada pelo órgão competente, com bloqueio dos recursos da instituição de ensino; prestação de contas referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2017, de ambos os semestres, não entregues no prazo estabelecido no Decreto Estadual nº 2.404, de

15/09/2015; e relatório do Plano de Ação em que conste percentual igual ou inferior a 29% das ações concluídas ou em processo.

A partir daqui a resolução informa os procedimentos a serem tomados a partir dos resultados obtidos, com isso orienta que o Conselho Escolar apresentará o parecer resultante do Processo Avaliativo a cada um dos membros da Equipe Diretiva, conforme Termo de Ciência do Parecer do Conselho Escolar (Anexo IV). Diz ainda que a ciência da Equipe Diretiva não poderá exceder 24 (vinte e quatro) horas da emissão do parecer do Conselho Escolar.

A seguir orienta os procedimentos a serem tomados considerando as três diferentes situações de parecer. Portanto, caso o parecer seja favorável, o Conselho Escolar deverá encaminhar, via Ofício (Anexo V), cópia das Atas, do Parecer do Conselho Escolar (Anexo III), e do(s) Termo(s) de Ciência do Parecer do Conselho Escolar (Anexo IV) à Comissão do Processo Avaliativo do Núcleo Regional de Educação - NRE, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma (Anexo I). Na hipótese de se tratar de parecer favorável com ressalvas, a Equipe Diretiva, após assinado o Termo de Ciência, terá 07 (sete) dias para realizar as adequações do Plano de Ação indicadas pelo Conselho Escolar, as quais deverão ser apreciadas e aprovadas pelo colegiado. Com isso, o Conselho Escolar deverá encaminhar, via Ofício (Anexo V), cópia das Atas, do Parecer do Conselho Escolar (Anexo III), e do(s) Termo(s) de Ciência do Parecer do Conselho Escolar (Anexo IV) à Comissão do Processo Avaliativo/NRE, conforme prazos estabelecidos no Cronograma (Anexo I). Caso o Conselho Escolar delibere pelo parecer desfavorável, será resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório, tendo a Equipe Diretiva 07 (sete) dias para apresentar ao Conselho Escolar suas alegações devido ao não cumprimento dos critérios constantes nos Artigos 12 ou 13 desta Resolução. Para isso, o Conselho Escolar fará reunião para reanálise dos documentos e das alegações apresentadas pela Equipe Diretiva, o que deverá resultar em novo parecer. Afirma-se ainda que caso persista o parecer desfavorável, o Conselho Escolar deverá encaminhar à Comissão do Processo Avaliativo/NRE, via Ofício (Anexo V), nos prazos estabelecidos no Cronograma (Anexo I), as cópias da Convocação do Conselho Escolar, das Atas, dos Pareceres do Conselho Escolar (Anexo III), dos Termo(s) de Ciência do Parecer do Conselho Escolar (Anexo IV) e dos Relatórios do Plano de Ação (Anexo II) e das Prestações de Contas. Para isso, caso o novo parecer seja

favorável com ressalvas, será concedido o prazo de 07 (sete) dias para que a Equipe Diretiva apresente ao Conselho Escolar o Plano de Ação readequado.

Em todos os casos o Conselho Escolar deveria encaminhar à Comissão do Processo Avaliativo/NRE, via Ofício (Anexo V), as cópias da Convocação do Conselho Escolar, das Atas, dos Pareceres do Conselho Escolar (Anexo III), dos Termo(s) de Ciência do Parecer do Conselho Escolar (Anexo IV) e dos Relatórios do Plano de Ação (Anexo II) e das Prestações de Contas conforme prazos estabelecidos no Cronograma (Anexo I).

Por fim, a resolução termina com o capítulo “Das Disposições Gerais” e esclarece que nas reuniões específicas do Processo Avaliativo, o Diretor não poderá participar como Presidente do Conselho Escolar, pois este será escolhido pelo Conselho Escolar entre seus membros aquele(a) que será o Presidente das reuniões para o Processo Avaliativo. Sugere ainda que caso haja Vice-Presidente do Conselho Escolar, este poderá ser indicado como Presidente das reuniões do Processo Avaliativo, desde que não seja membro da Equipe Diretiva.

Aponta que o afastamento temporário ou definitivo da Equipe Diretiva ocorrerá nos termos estabelecidos na Lei Estadual n.º 18.590, de 13/10/2015 e que caberá à Comissão Especial do Processo Avaliativo da Secretaria de Estado da Educação - SEED resolver os casos omissos que porventura possam surgir.

O anexo que consta na referida resolução é composto da seguinte forma:

- **Anexo I:** Cronograma organizado em Data, Ação, Detalhamento da Ação e Responsável e desdobrado em:

- 1 – Medidas adotadas previamente;
- 2 – O Processo Avaliativo;
- 3 – Ciência da Equipe Diretiva;
- 4 – Parecer Favorável;
- 5 – Parecer com Ressalvas;
- 6 – Parecer Desfavorável.

- **Anexo II:** Relatório do Plano de Ação composto por Identificação e um quadro organizado com as dimensões Gestão Escolar Democrática; Avaliação; Prática Pedagógica; Acesso, permanência e sucesso; Ambiente Educativo; Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola; e Ambiente Escolar. Em todas essas dimensões deveria registrada ser cada uma das ações do Plano de Ação que

teria a indicação da Situação assinalando concluída, em processo ou não iniciada, além do cronograma de execução e o relato da ação.

- **Anexo III:** apresenta o modelo do Parecer do Conselho Escolar subdivido em:

I- “Análise dos Documentos” o qual compila em um quadro o Relatório do Plano de Ação da Equipe Diretiva em quantidade total de ações constantes no Plano de Ação, as ações concluídas, em processo e não iniciadas apresentadas em quantidade e percentual.

II – “Parecer” que indica qual foi o parecer a decisão do Conselho Escolar descrevendo justificativas/ ressalvas.

III - é parte integrante do “Parecer” item II e conclui se o mandato do(s) Diretor(es) e do(s) Diretor(es) Auxiliar(es) será prorrogado para os próximos dois anos ou será prorrogado para os próximos dois anos, desde que atendidas no prazo de sete dias as ressalvas citadas no parecer ou não será prorrogado para os próximos dois anos.

IV – “Membros do Conselho Escolar que participaram do processo avaliativo” constando em quadro próprio nome, assinatura e segmento.

Anexo IV – “Termo de Ciência do Parecer do Conselho Escolar” no qual Diretor (a) e Diretores Auxiliares declaram que estão cientes do Parecer resultante do Processo Avaliativo dos Gestores Escolares do Estado do Paraná, realizado pelo Conselho Escolar.

Anexo V – “Ofício para o NRE” o qual apresenta o modelo que esclarece que estão sendo encaminhados os seguintes documentos: parecer(es) do Conselho Escolar; Atas, Termos de Ciência do Diretor e Diretor(es) Auxiliar(es), Convocação do Conselho Escolar, Relatório do Plano de Ação e Relatório das Prestações de Contas.

4. ENTREVISTAS

4.1 ENTREVISTA COM MEMBRO DA SEED - PR QUE ACOMPANHOU A FORMULAÇÃO DA LEI Nº 18.590 DE 13/10/2015

Para compreender como se deu o processo de elaboração da lei 18590/2015, que regulamentou, principalmente, o processo de consulta à comunidade para o cargo de diretor, foi realizada entrevista com um professor que acompanhou as discussões junto à SEED/PR e parte destas na Assembleia Legislativa do Paraná e que atualmente responde pela Diretoria de Tecnologias e Políticas Educacionais. Para colaborar com as respostas da entrevista fez parte, também, sua Assistente, que também é professora.

A primeira questão tratou de quais foram os profissionais, órgãos e departamentos que se envolveram na elaboração da Lei, e se houve uma comissão, quais foram os critérios para essa comissão, sendo respondido que a organização iniciou dentro da secretaria de educação, pois haviam várias questões que precisavam ser retomadas, com isso, internamente (na secretaria de educação), tinha a diretoria de políticas e programas educacionais e dentro dela tinha a equipe de gestão, além de representantes de diferentes setores da secretaria de educação, sendo que foi procurado fazer a primeira versão ou primeira minuta, de acordo com as necessidades que a secretaria percebia. O chefe da Diretoria de Tecnologias e Políticas Educacionais coloca que no seu ponto de vista destaca-se a necessidade da criação de um programa de Formação, que até então não existia, específica para diretor, pois este participava da formação que era ofertada para os outros profissionais, enquanto disciplina e era defendida a necessidade de fortalecer um programa específico para formação de diretores, pedagogos. Um segundo ponto era rever a questão da duração da gestão, de maneira a fazer com que esse processo da consulta não coincidissem com a eleição municipal e estadual, pois foi considerado que isso não era saudável para escola, sendo assim, optado em fazer em múltiplo de quatro e justificou que seria um tempo em que daria para elaborar e executar as ações, pois três anos era um tempo muito curto, sendo que terminava o mandato e o diretor não conseguia implementar as ações que tinha colocado. Afirmou que essas eram as principais propostas, porém, houve outras que foram alteradas.

Continuou esclarecendo que numa segunda etapa as propostas para a lei da secretaria foram entregues para uma comissão de educação da assembleia legislativa dando início ao processo na Assembleia que resulta numa série de outras alterações pequenas, mas tiveram alterações.

Ao ser questionado sobre quais seriam as alterações mais significativas realizadas diz que havia sido proposto que houvesse um tempo determinado para o diretor permanecer no cargo, mas isso foi retirado na Assembleia e resultou num cargo *ad aeternum*, podendo assim continuar sempre como diretor. Enfatizou que do ponto de vista da Secretaria de Educação deveria haver uma renovação podendo ser, por exemplo, o primeiro mandato e mais um, tendo que ter renovação, porém aí na Assembleia isso foi alterado.

Recordou-se também foi discutido na Secretaria a questão de se exigir pré-requisitos em relação a formação, sendo que poderia haver a exigência de se ter doutorado ou mestrado ou especialização na área ou PDE na área de gestão.

Foi levantada a questão que nas outras legislações anteriores havia a previsão de tempo determinado no cargo, sendo que o entrevistado concordou, porém esclareceu que essa questão é bem polêmica no estado do Paraná porque sempre que findava o prazo, sempre acabou havendo alteração da lei que resultava em zerar a contagem desse tempo. Com isso, afirmou que há diretores que estão no cargo desde que ele mesmo ingressou na rede estadual e são situações que já são acompanhadas a algum tempo. A assistente neste momento complementa que houve a intenção de evitar que a permanência dos mesmos gestores fosse referente a chapa candidata, pois há situações em que o diretor geral reveza o cargo com os vices, não havendo da mesma forma uma renovação.

Em relação ao questionamento que tratou sobre qual ou quais motivos que levaram à mudança da legislação anterior para provimento da função das equipes diretivas, o entrevistado afirmou que foi primeiramente para criar um programa de formação, estabelecer uma maneira de poder ser feita uma avaliação do diretor envolvendo as instâncias colegiadas, com isso surgiu a ideia de que seria um mandato, não de quatro anos, mas de dois mais dois e no meio do mandato a intenção era que se fizesse uma avaliação e também a questão do tempo para que a periodicidade mudasse para quatro anos. A assistente complementou que também havia a intenção de que o plano de ação da equipe diretiva passasse pelo crivo do Conselho Escolar como forma de fortalecer a gestão democrática, uma vez que a

elaboração do plano de ação já existia, porém, não havia um acompanhamento/avaliação do seu cumprimento. Outra questão considerada significativa pelo entrevistado se trata em relação ao peso do voto dos estudantes.

Sobre o questionamento de ter havido divergência sobre as alterações o entrevistado colocou que as principais foram aquelas já apontadas durante a entrevista, porém ressaltou que tudo foi baseado em muitos estudos internos, analisando outros estados, sendo que o próprio CONSED (Conselho Nacional dos Secretários da Educação) já trazia essas discussões com os estados, levando a reflexão por meio de outros modelos e diz que o grande objetivo foi o de qualificar a gestão da escola, para que os candidatos tivessem condições de assumir o cargo e que houvesse, ao longo do período da gestão, a oferta de uma formação continuada, o que considera que para muitos se trata de uma formação inicial, já que nas licenciaturas se trata muito pouco de gestão.

Em relação ao artigo 9 inciso V da Lei 18590 que prevê que os integrantes da chapa “tenham participado de Curso de Gestão Escolar específico em formação continuada, oferecido pela Seed, ou em parceria com outras instituições formadoras, ou do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, na linha de estudo de Gestão Escolar, ou de Curso de Pós-Graduação *lato* ou *strictu sensu*, com ênfase em gestão escolar, comprovado mediante diploma reconhecido pelo Ministério da Educação” foi feito o questionamento se a SEED ofereceu curso de Gestão Escolar antecipado para todos os profissionais. O entrevistado esclareceu que foram colocados alguns critérios, sendo que o candidato poderia ter uma especialização em gestão ou um mestrado em gestão ou um doutorado em gestão ou ter feito o PDE em gestão. Disse, ainda que, isso é para garantir que ele tem algum conhecimento, contudo, como não foi ofertado o PDE³ para todos e para ser diretor não precisa necessariamente estar no nível III⁴, surge aí a possibilidade de ter feito o curso oferecido pela secretaria. Afirmo que esse curso não existia quando a lei foi escrita, e que no primeiro ano que isso aconteceu foi uma excepcionalidade, pois a oferta do curso não existia. Agora, para a próxima consulta, que acontecerá no ano que vem (2019) a secretaria vai ter que oferecer esse curso, podendo dizer que será

³ PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional: capacitação ofertada aos professores da rede estadual de ensino do Paraná para crescimento conforme Plano de Cargo e Carreira.

⁴ Conforme Plano de Cargo e Carreira dos professores do Paraná corresponde ao último nível de crescimento

um curso preparatório para quem quer se candidatar. Esclareceu ainda que há o curso para quem quer se candidatar e outro para as equipes diretivas em exercício e, que entraria na avaliação da gestão, pois prevê o afastamento do cargo caso não seja realizado pelos gestores. Ao ser questionado sobre a obrigatoriedade da realização do curso após iniciada a gestão não fazer parte da avaliação, conforme a resolução que regulamentou esse processo, o entrevistado diz que havia esse ponto no início da elaboração da lei, porém acabou ficando como um processo separado. Ressaltou, ainda que, existem uma pequena parcela de diretores que já está há bastante tempo no cargo e que acredita que não precisa realizar nenhum tipo de formação, porém, considera que todos devem estar à todo tempo renovando os conhecimentos e acredita que por esse motivo surgiu a obrigatoriedade, pois a intenção era lançar um programa, contudo, foi discutido a hipótese que se fosse opcional, muitos não o fariam. Lembra que o número quantitativo desse tipo de situação não é tão significativo, mas exemplifica que tiveram alguns problemas, pois tiveram diretores que não participaram e diz que é necessário se analisar várias questões que influenciam nisso, como por exemplo a qualidade dos cursos ofertados anteriormente, o acompanhamento, o tempo do diretor, sendo tudo isso considerado quando foi pensado o curso chamado de Gestão em Foco⁵.

Foi feita a pergunta sobre os critérios de quem poderia se candidatar, se houve sugestões e discussões que levaram em consideração outras situações, mas que acabaram não sendo contemplados. O entrevistado colocou que além das questões legais haviam as questões relacionadas ao tempo de serviço na rede estadual, lembrou de ser discutido sobre a candidatura de QFEB's⁶, sendo isso superado, pois chegou-se ao consenso de que podem se candidatar desde que possuam graduação em licenciatura, conforme já era previsto nas consultas anteriores. Além disso, a preocupação se deu sobre qual formação o candidato teve anteriormente, por isso a obrigatoriedade de realizar o curso ofertado pela mantenedora, garantindo uma formação prévia. A assistente reforça que a maioria dos candidatos são professores e saindo de sala aula não possuem experiência em questões relacionadas a gestão.

⁵ O Gestão em Foco se constitui de várias ações, entre elas, a formação continuada voltada à equipe diretiva da escola, prevista no Art. 20, inciso II, item "d", da **Lei n.º 18.590/2015**. Ocorreu nas modalidades presencial e a distância e as temáticas abordadas seriam pertinentes às diversas dimensões da escola.

⁶ Funcionários administrativos com o título de Agentes Educacionais II e que pertencem ao Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB)

Foi retomada a questão sobre o objetivo de ampliar o tempo de gestão de três para quatro anos e o entrevistado reforça que foram consideradas duas questões, primeiro para que os gestores tivessem um tempo maior que três anos e assim que ele realmente tentasse concluir o seu plano de ação e a segunda era para não coincidir com as eleições.

Sobre o procedimento de avaliação ocorrer apenas nos dois primeiros anos e não ter sido indicado também para os dois últimos anos o entrevistado afirmou que a avaliação acontece, também, nos dois últimos anos, porém foi frisado nos dois primeiros, pois se o gestor tiver algum problema, e se recorda que isso aconteceu em alguns casos, para que assim não se tenha que esperar quatro anos. A assistente reforça que a avaliação ao final dos quatro anos se caracteriza pela consulta à comunidade. Além disso, o entrevistado faz questão de afirmar que para quem analisa todo esse processo avaliativo das gestões, estando fora do contexto, pode achar que a secretaria fez uma articulação para tirar alguns diretores do cargo, porém, isso não procederia, pois infelizmente há diretores que comprometeram a vida financeira da escola colocando-a com dívidas de duzentos a trezentos mil reais e frisando que considera algumas situações inacreditáveis e apesar desses casos serem poucos eles podem prejudicar significativamente a comunidade escolar e assim foi discutida uma maneira de superar. A assistente retoma a questão do plano de ação da equipe diretiva que é submetido à comunidade e que o processo permitiu que a comunidade ficasse atenta às ações que foram cumpridas ou não, ao final do segundo ano de gestão, para que não ficasse apenas “no papel” com a intencionalidade de apenas ganhar a “eleição”. Com isso, por meio do Conselho Escolar que constatando o não cumprimento das ações comprova que aquele diretor não teria condições de continuar. Reforça que o diretor foi “escolhido” para cumprir aquele plano apresentado, o qual deveria ter sido feito em consulta aos segmentos. Isso levaria os gestores a levarem mais a sério aquilo que planejam para a escola sendo importante a participação da comunidade.

O entrevistado coloca que o ideal seria ter isso em todos os âmbitos, imaginando se todos os vereadores, prefeitos, governadores, senadores depois de um certo período tivessem suas propostas avaliadas, o cumprimento ou não do seu plano e de suas promessas.

Foi feito o questionamento com base no artigo 19, da Lei 18590 que previa que a função do diretor e de diretor auxiliar deveria ser exercida em favor de um

bom funcionamento administrativo e da função pedagógica da unidade de ensino com conhecimento das técnicas de gestão pedagógica, administrativa, financeira e democrática, considerando isso, o que garantiria o conhecimento especificamente administrativo e financeiro já que os casos que receberam parecer desfavorável em sua maior parte foi porque apresentaram fragilidades nas prestações de contas, seria, portanto, as capacitações ofertadas? O entrevistado afirma que o desempenho do diretor na formação é um critério, mas a prestação de contas é outro critério e o desempenho pelo plano de ação outro, sendo colocado que a gerência administrativa e financeira impacta o pedagógico também, pois estão interligados sendo difícil uma avaliação fragmentada.

A questão foi complementada com o questionamento de que no estado foram oito pareceres desfavoráveis, representando um número pouco significativo mas, dentre esses a maioria se deu por causa das questões relacionadas a prestação de contas, além disso, isso chama a atenção, pois sabe-se que muitos diretores reclamam das dificuldades em se fazer a prestação de contas, pois tem que apresentar três orçamentos, sendo algumas situações desgastantes, com isso a pergunta é: até que ponto se garante que realmente o gestor tem essa formação, essa capacidade técnica de lidar com questões financeiras, pois como foi falado “a gente tira professor de sala de aula para ser diretor.” Com essas colocações o entrevistado afirma ser interessante comentar um pouco sobre a formação “Gestão em Foco”, pois parte desse processo foi à distância e o presencial que iniciou no ano passado, esclarecendo que no seu planejamento haviam outras ações que estavam vinculadas ao projeto, frisando que foram consideradas situações como a de que o diretor não tem muito tempo, com isso o curso não poderia ser um módulo de cem horas, portanto foram feitos módulos de vinte e quatro horas para ser feito em dois meses realizando atividades a cada quinze dias, pois é um profissional que precisa estar o tempo todo ligado à escola, até mesmo quando está fora dela. Como segundo apontamento, afirmou que, as temáticas foram pensadas em serem pertinentes para diretores, sendo possível, nesse caso, observar que têm temáticas que são mais administrativas e outras que são mais pedagógicas, com isso, foi optado por não criar um curso sequencial. Com isso, o diretor iria verificar quais são as necessidades que se tem e vai escolher o módulo que irá fazer, não existindo mais o “fazer isso e depois aquilo”, contudo, disse que internamente essa discussão foi bem grande e o argumento foi de que cada um sabe qual é a sua dificuldade,

onde precisa se fortalecer. Exemplificou que o diretor pode escolher iniciar pelo módulo que trata sobre o financeiro e o diretor auxiliar fazer o módulo de inclusão e com isso acontecendo mesmo tempo eles conseguem se complementarem com essas informações.

Relatou que estão sendo criados módulos novos, pois a intenção é que se continue com a formação continuada dos módulos o tempo todo, exemplificou os módulos recém-criados como o de tecnologia, o da educação integral e um terceiro considerando que alguns são mais administrativos e outros mais pedagógicos, além daqueles que transitam entre as duas esferas. Recordou-se que à época, além dessa formação também estava previsto um tipo de assessoria para os diretores, porém, isso acabou não saindo do papel, sendo que a intenção era selecionar esse profissional. Afirmou que em relação a formação, uma mudança muito importante foi a de pensar em quem iria ser o tutor desses diretores no curso à distância, pois normalmente a secretaria abria o processo seletivo e os selecionados acabavam sendo o pessoal da tecnologia porque tinham mais cursos na área, contudo, foi mudado o processo de seleção pra que fossem pessoas que tivessem uma formação mínima para saber atuar como tutor, mas que pesasse mais o conhecimento dele em gestão, como por exemplo, já tivesse sido diretor, ou tivesse feito PDE em Gestão ou pedagogo, com isso, considera que hoje os tutores estão dentro de um processo formativo, e não somente o diretor e o diretor auxiliar, sendo que há em torno de cento e oitenta pessoas que atuam como tutores e que têm experiência. Além disso, para ser tutor há um acompanhamento que é feito por uma equipe de educação à distância sendo discutidas várias questões abordadas nos módulos e questões das atividades que são realizadas, portanto, para a mantenedora o processo formativo é muito maior e que significou uma mudança, também, no perfil de tutor que estava sendo escolhido, pois optou-se por colocar um tutor que tivesse realmente experiência em gestão e diz que afirma isso, pois uma outra etapa seria que se tivesse um acompanhamento mais próximo dos diretores por meio de um tipo de assessoria ou mentoria de profissionais com mais tempo de experiência de gestão. Relatou que o projeto inicial previa que essa pessoa, com mais experiência, fosse até a escola tendo como base o plano de ação do diretor para tentar auxiliá-lo nas dificuldades e dúvidas, porém isso não foi possível

implementar porque as equipes dos núcleos regionais de educação⁷, que seriam os profissionais a serem colocados nesse serviço, que atendem a gestão, ou não estavam criadas ou eram muito pequenas, mas diz que isso era algo que estava no projeto inicial.

Colocou que também estava prevista a questão da lei da gestão democrática e a questão dos desafios contemporâneos, porém estes assuntos acabaram ficando num segundo plano e considera que isso precisa ser retomado pois se acabou focando mais na questão da avaliação e da formação, mas existiam outras ações que estavam previstas, quando foi pensada na lei.

Foi feito um novo questionamento de que se há perspectiva de alteração dessa lei ou de complementação, pois se tem o entendimento de que algumas questões importantes de dentro da escola deixaram de ser avaliadas ou consideradas, uma vez que o processo avaliativo foi restrito ao plano de ação que foi elaborado pela equipe diretiva e se algum ponto não foi contemplado, consequentemente não foi avaliado. O entrevistado colocou que há uma perspectiva constante de mudança dessa lei e afirmou que com certeza no ano 2019 essa discussão será retomada, pois a própria secretaria reconhece que conseguiu colocar alguns avanços, mas que tem que melhorar muita coisa, tendo, portanto, sugestões para uma possível alteração da lei e quando encaminhado para a assembleia legislativa a discussão é retomada. O entrevistado admite que o processo precisa ser melhorado, tanto a maneira de se fazer a avaliação quanto aos instrumentos. A assistente complementa que é preciso mudar também a própria cultura da comunidade que precisa ser parceira do diretor, de cobrar aquilo que tem que ser cobrado, de participar do plano de ação, da prestação de contas, não só no financeiro, mas também nas questões pedagógicas. Diz que, na verdade, o surgimento do programa “Gestão em Foco” foi pensado numa linha de fortalecimento da gestão democrática, da garantia dessa consulta à comunidade escolar e a participação desta, pois a avaliação no segundo ano de gestão passaria por isso, sendo que a comunidade deveria ficar atenta a essa gestão pra ver se realmente está sendo realizado o que foi prometido, se a equipe diretiva está “dando conta”, pois tudo vem da lei.

⁷ A Secretaria de Estado da Educação do Paraná possui 32 Núcleos Regionais da Educação distribuídos pelo estado e que são considerados como “braços” desta secretaria no atendimento e acompanhamento das escolas. As equipes que atuam são compostas conforme o número de escolas atendidas por cada núcleo.

O entrevistado complementa que no cenário nacional, paralelo à tudo isso, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) fazia algumas discussões, inclusive com um mapa de competências do que precisa para um diretor, então boa parte do que se pensava para a formação já “bebia” desse mapa de competências do MEC que acabou não sendo publicado, pois teve mudança de gestão quando teve o *impeachment* da presidenta e com isso tiveram mudanças no MEC, não sendo acompanhado posteriormente essa continuação. Ele teve conhecimento disso porque participava das discussões com o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e também dentro no Ministério da Educação, com isso teve acesso a esses documentos, relatou que trouxe, também, dos Estados Unidos, pois foi até lá conhecer o processo de formação dos diretores, fez formação na escola de liderança em Nova York, conheceu alguns estados, como também o mapa de competências destes. Esclareceu que nos Estados Unidos é preciso ter determinada competência para ser diretor e aqui tentou-se usar isso para pensar num programa de formação para auxiliá-los enquanto são diretores, para dar um aporte durante a gestão. Considera que é uma maneira diferente e interessante em ver como os outros países fazem, porém não dá para importar para cá, pois é preciso ver cada realidade. Disse que no programa de formação se utiliza material áudio visual e recorrem aos diretores de escolas estaduais e especialistas para contribuir com problemas que acontecem no dia a dia, o qual até foi chamado de “Enquanto isso na escola...”, sendo sempre discutido uma problemática que não está longe do cotidiano das escolas do Paraná - “Se está ali é porque em algum lugar aconteceu!”. Conclui dizendo que foi feito isso para fortalecer esse processo de formação.

Os entrevistados foram questionados se haveria alguma questão relevante que por ventura não foi abordada e o entrevistado coloca que da mesma maneira que se percebe uma preocupação muito maior em relação a questão financeira acredita, também, que no lançamento de um programa como esse ou como qualquer outro enquanto política pública é sempre importante que o estado também estabeleça qual é o recurso financeiro para se manter o programa, pois caso contrário é muito bonito na lei e no papel, mas não se implementa sem ter um investimento na educação, considerando necessário retomar essas discussões do que se pretende para fortalecer uma gestão democrática e para que se tenha um orçamento na educação que garanta isso. Diz que para garantir isso não se está

falando apenas da figura do diretor, pois nesta existem investimentos que precisam ser feitos, mas também é preciso fazer investimentos em ações que não são só de formação, mas também em outras como: mobilização de comunidade, de fortalecimento de instância colegiada e pra isso é necessário ter investimento, como também uma lei orçamentária que garanta desenvolver essas ações e assim pode-se pensar, em médio prazo, num fortalecimento de gestão mesmo.

Fala que acha importante registrar isso porque se cobra tanto de quem está na escola no ponto financeiro, por isso é importante que quem está na secretaria e está no governo também seja cobrado por isso pois, também é financeiro. A assistente completa que a gestão democrática comporta várias frentes e para isso precisa investimento. O entrevistado diz que o investimento deve ser financeiro, humano..., porque é preciso, por exemplo, formar as pessoas que estão nos núcleos regionais pra fazer esse acompanhamento, pois muitas vezes se tem uma pessoa que é selecionada para ir para a secretaria ou para o núcleo regional e que nem tem experiência em gestão. Preocupa-se em como vai ser desenvolvida qualquer tipo de atividade para auxiliar quem está na escola se o profissional desconhece aquele problema e nunca vivenciou nada semelhante, sendo que acaba ficando “meio superficial”. Com isso, relata uma história em que numa reunião das chefias da secretaria alguém lhe disse assim, enquanto discutiam as questões de avaliação do diretor, “A gente deveria avaliar os diretores baseado no resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e se a escola não atingiu o IDEB, esses diretores deveriam perder o cargo”, e no mesmo momento ele argumentou que se fosse assim todos os profissionais da secretaria deveriam ir embora porque eram gestores e não atingiram. Além disso, a avaliação não poderia ser só do outro, pois esta precisa ser vista em 360 graus e ainda não se conseguiu fazer isso no estado do Paraná. Acredita que é preciso fazer uma avaliação na qual os estudantes tenham voz, pais tenham voz, os professores, os funcionários, a secretaria, todo mundo. Com isso, estão sendo iniciados alguns processos, exemplificando, que no SAEP⁸ (Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado do Paraná) é feita a avaliação do desempenho em Português e Matemática e nessa avaliação com

⁸ Avaliação externa realizada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná com alunos do Ensino Fundamental (9º ano), Ensino Médio Regular (3º ano) e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (ano de conclusão) com questionários aos professores das turmas avaliadas e aos diretores.

diretores, com falhas ainda, mas é do diretor, assim é preciso migrar para uma avaliação de “360 graus”, porque não é só na escola que tem coisas a melhorar.

4.2 ENTREVISTA COM MEMBRAS DA COMISSÃO QUE ELABOROU A RESOLUÇÃO Nº 5547/2017

Para elucidar como se deu o processo de avaliação da gestão das equipes diretivas, foi feita entrevista com duas pedagogas que compuseram a Comissão organizada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná e que organizou todo o processo avaliativo com base no disposto no artigo 18 da Lei nº 18590 de 13 de outubro de 2015 e elaborou a Resolução/SEED nº 5547 de 27 de outubro de 2017. Uma delas exerceu a função de Presidenta e representava o Departamento de Gestão Educacional (esclareceu que iniciou como suplente, mas com a saída da chefia do departamento acabou assumindo a titularidade e a presidência), sendo que atua na rede estadual desde 2010 e está na SEED/PR desde 2015. A segunda entrevistada era membra suplente, depois passou a ser titular na comissão representando, também, o Departamento de Gestão Educacional, sendo que atua na rede estadual desde 1995 e na SEED/PR desde 2017.

A presidenta esclareceu que em agosto de 2016 o Departamento de Gestão Educacional tinha uma chefia e que este órgão é responsável pelas questões de gestão de toda a rede do estado e tão logo percebeu-se a necessidade de se iniciar as discussões para esse processo avaliativo, uma vez que segundo a Lei 18590 deveria ser feita essa avaliação no segundo ano de gestão e considerando que se estava ao final de 2016 e no início de 2018 deveria ser feito isso, a comissão foi montada com a chefe do departamento supracitado, após a sua saída a entrevistada assumiu a presidência desta. Assim, a partir de outubro de 2016 foi iniciado o trabalho e em janeiro de 2017 foi publicada a portaria. Disse que as primeiras reuniões de estudo da lei em tela se deram no final de 2016 sendo estes encontros cada vez mais intensificados. Afirmou que em julho de 2017 assumiu uma nova chefia da gestão escolar, sendo que a comissão já tinha dado início ao processo.

Em relação aos critérios para a composição da Comissão Especial do Processo Avaliativo da SEED (responsável pela elaboração da resolução, conforme, Portaria nº 40/2017 - GS/SEED, de 23/01/2017, publicada no Diário Oficial do

Estado nº 9.874 em 27/01/2017) e quais departamentos tiveram representatividade, uma vez que nem a lei nem a resolução indicaram de que forma deveria ser composta tal Comissão, a presidenta esclareceu que todos os departamentos ligados a SUED (Superintendência da Educação) foram convidados a participar dessa comissão, havia uma vaga, sendo um titular e um suplente, além de alguns grupos da Diretoria Geral como o GAS (Grupo Administrativo Setorial), a coordenação do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), como também o departamento de educação especial, o de jovens e adultos, da educação básica, legislação escolar, a DPTE (Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais), etc. A outra membra complementou sobre a participação dos responsáveis pelas instâncias colegiadas e ações da juventude reforçando que trabalhava com o Conselho Escolar, isso quer dizer que era diretamente com quem faria a avaliação.

A presidenta informou também que quanto a indicação de quais departamentos, de quais pessoas e quais coordenações fariam parte, isto se deu a partir de uma discussão junto a superintendente, entendendo que era uma avaliação que teria critérios pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em relação ao objetivo principal da Resolução as entrevistadas afirmaram que primeiramente foi dar conta de tudo que a lei não deu, pois a lei 18.590, em seu artigo 18, fala sobre avaliação mas de uma forma bem genérica, então foi necessário elencar critérios pra essa avaliação, para que as 2.144 escolas do estado tivessem uma linha a ser seguida. Reforçaram que para o conselho escolar seria algo novo, pois nunca foi feita uma avaliação como essa. Com isso, consideraram que o conselho não tinha preparação para esse tipo de ação, e que se houvessem critérios estes deveriam ser seguidos, e, além disso, apontaram que a própria lei determina que todas as regulamentações da Lei seriam por meio de resoluções e por isso foi feita a resolução em questão, tentando elencar os critérios para detalhar.

Afirmou-se ainda que se tinha o objetivo de deixá-la mais prática, mais detalhada, até para que as pessoas que fossem fazer avaliação tivessem critérios mais objetivos, mais pontuais, porque a lei seria muito subjetiva, uma vez que, fala apenas que a cada dois anos haverá a avaliação com base no plano de ação do diretor e a prestação de contas.

As entrevistadas esclareceram que durante o processo de elaboração da Resolução houve alterações de participantes devido a mudanças estruturais na organização da SEED/PR, bem como, saída de alguns profissionais e, até mesmo, a

não participação nas reuniões agendadas devido à outras demandas de trabalho, com isso, nova Portaria detalhando os membros dessa Comissão foi emitida.

Ao serem perguntadas sobre o qual seria o conceito compreendido como “avaliação formativa”, uma vez que tal explicação não aparece nem na lei e nem na resolução a presidenta da comissão coloca que

“inicialmente para a gente desconstruir, porque nós temos uma construção já, de que avaliação sempre é uma punição, mesmo nas escolas, os professores usam o momento da avaliação, muitas vezes, como aquele momento de punir o aluno que não se comportou como ele gostaria, então pra desconstruir um pouco isso e a nossa intenção não era que os diretores fossem tirados da função de direção mas, que a comunidade entendesse todo esse processo de avaliação e acompanhasse o processo de gestão. Então, nesse acompanhamento do processo gestão qualquer problema detectado poderia ser retomado.”

Seu posicionamento é reforçado pela outra entrevistada que afirma que para tanto haviam três pareceres (favorável, desfavorável e com ressalvas) e com isso era preciso que se tivesse tido um acompanhamento para que se pudesse apontar o que seria possível realizar, o que necessitava de melhorias ou o que não foi desempenhado a contento da comunidade, enfatizando que foi formativo na questão de participação e acompanhamento, considerando positivo. Esclareceu ainda que foi ofertado curso aos conselheiros (um de cada segmento, sendo primeiramente para o titular e em caso de impossibilidade para o suplente) no ano de 2018, antes da realização do processo avaliativo e que uma das unidades tratava disso e teve como objetivo esclarecer a questão dos critérios e da resolução para que pudessem fazer uma avaliação mais fidedigna.

Sobre a participação especificamente de pais e alunos(as) a membra da comissão colocou que das 1944 escolas participantes do processo houve aproximadamente 8300 representantes destes segmentos, contudo considerou que o número poderia ter sido maior, pois levou em consideração que havia vagas de nove representantes por escola.

Foi afirmado às entrevistadas que a lei estabelecia quais eram os critérios que excluía algumas escolas do processo avaliativo e a presidenta da comissão complementou que houve algumas situações que também excluía outras escolas como, por exemplo, escolas que o(a) diretor(a) aposentou durante o processo, isto é, nos primeiros dois anos do mandato e com isso houve a indicação de outro(a) diretor(a), significando que estas escolas não passaram pelo processo de consulta. Excetuou-se, aqui, os casos em que o vice assumiu o cargo e este fazia parte da

chapa que passou pela consulta à comunidade escolar. Foram exemplificados, pelas entrevistadas, casos em que o(a) diretor(a) e o(a) vice foram afastados antes do processo de avaliação, seja por sindicância, por P.A.D. (Processo Administrativo), ou ainda, diretores que pediram aposentadoria e o vice não quis assumir e com isso houve indicações.

A membra da comissão ressalta que houve 1944 estabelecimentos de ensino que tiveram a avaliação, sendo 1910 pareceres favoráveis, 26 com ressalvas e 8 desfavoráveis.

Em se tratando de que o Conselho Escolar garantiu a participação da comunidade escolar neste processo a membra afirmou que essa foi sua maior preocupação em todo processo e que foi garantida a participação de todos, pois havia um percentual de representatividade mínimo exigido e caso contrário a avaliação não aconteceria. A presidenta reforçou que em boa parte das escolas do estado houve uma participação efetiva da comunidade e que considerou extremamente positivo o conselho começar a entender e perceber sua importância nesse processo democrático para a gestão democrática e o quanto eles têm a contribuir.

A membra enfatizou que os representantes do conselho escolar entenderam melhor as suas funções e atribuições, pois suscitou muita coisa, como a questão do estatuto, as funções deliberativas, fiscalizadoras, avaliativas, mobilizadoras, e dentro disso conseguiram entender melhor os seus papéis efetivamente, pois o processo, “mexeu bastante com a escola, movimentou”. Entenderam que não são só coadjuvantes, são protagonistas também desse processo, fazem parte dela e por isso têm que acompanhar. Esclareceu ainda que os representantes do Conselho Escolar não estavam acompanhando efetivamente ou “faziam de conta esse acompanhamento” sentiram muita dificuldade.

A presidenta disse que estes casos eram aqueles que tinham reuniões que efetivamente não aconteciam e depois passava a ata pra todo mundo assinar, sendo que a membra retomou afirmando que eles(as) entenderam que não pode assinar sem ter participado da reunião e admitiu que houve fragilidade, contudo, a mantenedora oportunizou o curso pra ajudar nesse sentido. Colocou que em um dos módulos (além de mais dois módulos que tratavam das atribuições, das limitações...), eles perceberam a importância desse órgão máximo de colegiado que tem nas escolas. Em contrapartida, a presidenta afirmou que houve “casos de

escolas que, infelizmente, não conseguiram avaliar devidamente e a gente percebe nitidamente que a comunidade não foi envolvida”.

Ambas foram questionadas se houve como orientar as escolas diante dessa situação e elas esclareceram que a avaliação foi dividida em dois momentos, sendo o primeiro a questão do plano de ação que foi elaborado quando houve a candidatura ao cargo de direção e que este era organizado de acordo com as sete dimensões previstas e a partir delas tinha que se elencar ações e propostas e a partir disso o Conselho Escolar avaliava o que havia sido atingido ou não. Relataram que havia um percentual dentro disso e este processo foi mais subjetivo. Consideraram subjetivo, também, porque algumas ações elencadas não eram demandas atribuídas à direção por serem de responsabilidade da mantenedora ou de outros órgãos, sendo que isso dificultou um pouco a avaliação da ação. Já em relação ao relatório da prestação de contas apontaram que é mais objetivo, isto é, cumpriu ou não cumpriu, a prestação de contas estava aprovada ou reprovada, foi entregue no prazo ou não, considerando ainda que há um decreto que determina a questão do prazo. Portanto, apontaram que essa questão objetiva foi mais tranquila.

Durante a entrevista houve o questionamento se na função de presidente do Conselho Escolar que foi substituído para a realização do processo avaliativo da gestão quais as situações que mais se destacaram: quem assumiu essa função na maioria das situações foram professores ou outras pessoas da comunidade escolar? A presidenta da comissão foi incisiva em responder que a maioria maciça foi de professores ou funcionários, ou seja, profissionais da educação, contudo, houve casos diferentes disso, mas, foram poucos.

Foi feito o questionamento sobre a indicação direta na lei de que em relação a prestação de contas com parecer desfavorável a equipe diretiva seria afastada da função, contrariando, talvez, a colocação de que o processo apresentava um caráter de avaliação formativa no sentido de não ser punitiva, além disso, questionou-se sobre se todos os(as) diretores(as) estavam capacitados para lidar com a questão financeira podendo, talvez, alegar desconhecimento contábil e financeiro. A membra da comissão disse que há cursos *on line* e que a SEED e o núcleo servem justamente para auxiliá-lo em qualquer dúvida que tenham. A presidenta lembrou da formação chamada “Gestão em Foco” detalhando que tem um módulo específico sobre a gestão financeira, possui quatro unidades, sendo que o material é

considerado muito bom, e seria suficiente para a direção conseguir fazer a prestação de contas.

Esclareceram ainda que todos os diretores foram capacitados, sendo que a mantenedora determinou a obrigatoriedade de participação à equipe diretiva sendo que em caso de não realização haveria afastamento do cargo, contudo, reforçaram que esse procedimento ocorreu antes da avaliação e não foi considerado para o processo avaliativo. A presidenta retoma que na lei 18590, o artigo 18 trata somente sobre a avaliação, o artigo 21, trata sobre “quando os diretores ou diretores auxiliares serão afastados temporariamente e definitivamente” e uma das alíneas, segundo ela, diz que podem ser afastados definitivamente pelo não cumprimento da formação. Enfatizou, ainda, que quando os(as) diretores(as) assumiram o cargo 2016, assinaram um termo de que participariam dessa formação ofertada pela Secretaria, portanto, era condição.

Sobre a pergunta de que se essa formação contemplava essa questão financeira a presidenta colocou que são vários módulos, acredita que são 9 módulos e que os(as) diretores(as) escolheram quais queriam participar, ocorrendo três ofertas ao longo do ano. O(a) diretor(a) geral e os(as) diretores (as) auxiliares escolhiam módulos diferentes, sendo que cada um faria três módulos durante o ano. A partir da segunda oferta era possível realizar o módulo que o outro, da mesma equipe diretiva realizou, sendo que a membra enfatizou que o objetivo era aumentar o conhecimento passado.

Neste momento a presidenta pede para fazer uma complementação sobre a prestação de contas e afirma que além dos diretores terem tido a formação, além das orientações que o núcleo dá, que a própria mantenedora (a época era a mantenedora, hoje o Fundepar⁹) faz orientações, também e assim, uma prestação de contas só é reprovada depois de muito trâmite. Detalhou que o diretor insere os dados no sistema, protocola a sua prestação de contas do primeiro semestre, depois do segundo semestre e havendo qualquer falha ou inconsistência, seja por um

⁹ O Instituto Fundepar (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional) a partir de 2017 se reorganiza com pastas de planejamento, coordenação e execução de projetos, obras e serviços de engenharia e edificações; coordenação de alimentação e nutrição escolar; coordenação de material e suprimentos; e coordenação de transporte escolar. O regulamento detalhando as atividades do Instituto foi registrado no Decreto N.º 6.972/2017, alterado pelo Decreto N.º 7.508/2017, Decreto N.º 7.95/2017 e Decreto N.º 8.663/2018. Maiores informações do *site*: <<http://www.fundepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>

documento que está incorreto ou um documento faltante, tudo isso volta para a escola para que seja corrigido. Relatou que há processos de prestação de contas de 2016, por exemplo, que voltaram para escola seis, sete vezes. Reforça que o diretor tem um prazo para arrumar isso, se não atende as orientações que o núcleo deu ou da própria Fundepar, até um determinado prazo, essa documentação volta para análise e aí realmente tem reprovação. Reitera, ainda que o diretor tem muitas possibilidades de conseguir não ter essa prestação de contas reprovada porque enquanto ela está em análise ela não está reprovada.

Questionadas sobre o número de casos que se enquadram nos critérios da resolução que indicava que o parecer desfavorável deveria ser emitido nos casos em que a prestação de contas referente ao Fundo Rotativo do exercício de 2016 tivesse sido reprovada, que tivesse havido atraso na entrega da prestação de contas de 2017 e que relatório do plano de ação apresentasse percentual igual ou inferior a 29% das ações concluídas ou em processo, a presidenta disse que no Paraná inteiro foram oito casos, sendo estes afastados.

Em relação a ter havido ou não pedidos de recurso para possível mudança de resultado a presidenta esclareceu que havia quatro casos inicialmente que tiveram parecer desfavorável, alguns com relação a prestação de contas outros com relação ao plano de ação. Relatou ainda que tiveram diretores que não tinham nenhum problema com a prestação de contas, porém não executaram nenhuma das ações propostas ou aproximadamente 10% das ações propostas, portanto, um percentual muito baixo. Detalhou que inicialmente foram quatro casos, porém alguns núcleos quando recebiam a documentação, pois conforme previsto pela resolução o Conselho fazia a avaliação e encaminhava esses pareceres para o núcleo que arquivava, acabaram percebendo que haviam alguns pareceres favoráveis de algumas escolas que se sabia que estavam com problemas na prestação de contas há vários anos e isso indicou um alerta. Constatando, assim que o processo de avaliação da gestão foi realizado de forma “equivocada”.

A partir daí foi observado que algumas escolas não haviam atendido os critérios da resolução, sendo isso encaminhado à comissão que analisou e confirmou, sendo esses processos avaliativos anulados. Com isso, os membros desses Conselhos Escolares foram convocados para uma reunião na secretaria. Esta ação foi possível, pois os casos eram de Curitiba e Região Metropolitana, sendo apenas um do Núcleo de Paranaguá e a equipe do próprio Núcleo fez a

reunião, não havendo participação direta da SEED/PR. Neste encontro foi explicado sobre a lei, sobre a resolução, quais os critérios que deveriam ser atendidos e quais foram as falhas que houberam na análise da documentação. Os Conselheiros foram alertados para que fosse feita uma nova reunião e fossem tomadas as decisões, pois aquele processo estava anulado. E foi a partir daí que de quatro casos aumentou para oito.

A presidenta esclareceu que houve um caso que foi orientado para rever o processo, pois havia irregularidades em relação a prestação de contas, porém, o parecer foi mantido pelo Conselho Escolar e a decisão foi mantida, pois o diretor em questão entrou judicialmente com mandado de segurança alegando que houve uma falha. Esclareceu que essa escola foi um caso muito específico porque ocorreu alguns problemas com a prestação de contas, isto é, durante a análise dessa prestação de contas, com isso, até a procuradoria entendeu que a análise estava errada. Assim, foi feita uma análise incorreta e o diretor conseguiu provar que houve um equívoco e por isso que a prestação de contas foi reprovada.

Apontou ainda que todas as oito escolas com parecer desfavorável apresentaram recurso discordando do resultado, porém não houve alteração em nenhum dos casos.

Quando questionadas sobre quais foram as dificuldades encontradas observou-se uma inquietação com as entrevistadas, sendo que a presidenta se manifestou primeiramente afirmando que foram algumas, sendo que considerou que uma delas foi a de desconstruir essa visão que se tem da avaliação como punitiva. Detalhou que em 2015 houve o processo de consulta ao cargo de direção e em algumas escolas, o processo foi bem “fervoroso”, e com isso, as pessoas estavam esperando a avaliação para o “acerto de contas”, como se usassem do pensamento de que *“Você ganhou de mim e agora eu faço parte do conselho e agora é a minha vez de me vingar de você!”*. Ou ainda situações em que o diretor que é um pouco mais rígido, pois envia falta e exige e, daí o professor fala *“fez isso pra mim, então, agora é minha hora de me vingar”* demonstrando que eles não entendiam que a avaliação tinha um objetivo muito específico. Não era vingança, não era acerto de contas, não era nada disso.

A membra da comissão afirmou que a gestão é composta por quatro anos e com isso o diretor teria mais dois anos após avaliação e por isso era formativa, também, nesse sentido, uma vez que possibilitaria retomar o plano de ação,

reforçou, inclusive, que foi dada essa possibilidade até 2017, pois naquele ano passado, na capacitação à distância, chamada “Gestão em Foco”, foi feita uma oficina inteira que tratava sobre todas as dimensões e possibilitou que o diretor revisse algumas coisas que foram colocadas no plano de ação. Reconsiderando assim, ações que porventura foram contempladas, mas que de repente fossem impossíveis ou que não fossem de sua competência, então poderia estar revendo esse plano de ação e logicamente com o aval do Conselho Escolar poderia dar continuidade. A entrevistada continuou dizendo que os diretores têm mais dois anos e isso significa que o plano não teria que estar pronto e acabado em dois anos de gestão, porque tem mais dois. Ratificou que a ideia era de que eles avaliassem como tinha sido o processo dessa gestão em dois anos, mas sempre considerando que têm mais dois anos pela frente e com isso o diretor poderia estar executando tudo aquilo que foi colocado no seu plano de ação posteriormente. Por isso, a gestão seria de quatro anos.

A presidenta relatou que uma outra dificuldade grande que ocorreu foi a análise dos planos de ação pelos conselhos escolares, pois os mesmos passavam pelo núcleo e em última instância alguns chegaram até a SEED e ao analisar alguns planos de ação foi possível perceber uma fragilidade muito grande das equipes diretivas em fazer um plano, em construí-lo, pois tinham “*ações das mais absurdas que se possa imaginar*”, como também algumas ações que não seriam exatamente ações, uma vez que eram o dia-a-dia da escola como: receber pais, fazer uma reunião com os pais, etc., portanto, não são ações que sejam colocadas num plano de ação pra tentar mudar, pois isso faz parte do cotidiano.

A membra complementou afirmando que a equipe diretiva teria que observar uma fragilidade e a partir daí propor algo para superar aquela dificuldade que a escola apresentava ou que necessitava melhorar. Exemplificou, colocando a possibilidade de melhorias em relação as questões relacionadas a avaliação escolar sendo que para isso, por exemplo, poderia ser proposto discutir com a comunidade a possibilidade em optar por um outro processo de avaliação ou analisar como estão sendo feitos os instrumentos, entre outras ações. Com isso, conclui dizendo que há muita fragilidade nesse sentido, tendo coisas muito abstratas.

A presidente descreve outra dificuldade relacionada ao conselho escolar, afirmando que não foi tão fácil esse órgão entender o seu papel e participar efetivamente. Além do próprio núcleo que também teve alguns problemas em

relação a entender a sua função enquanto comissão regional. Reitera que (coloca aqui que é a sua opinião) na forma como está na lei o processo de avaliação das equipes diretivas, considera que seria preciso rever a legislação, pois não possibilita que sejam analisados todos os aspectos necessários, além disso, considera que a avaliação não poderia ser deixada somente sob a responsabilidade do Conselho Escolar, pois acredita que a mantenedora deveria indicar ao diretor o que ela espera dele e além disso, após esse momento avaliativo ele não seria punido, mas deixaria explícito o que esperava da sua gestão, o que não foi atingido e no que precisaria melhorar.

A membra ratifica que há situações que a comunidade escolar nem toma conhecimento, pois são assuntos tratados diretamente com o núcleo e a comunidade não tem como saber se aquilo foi cumprido, conforme solicitado pela mantenedora, pois não se trata apenas da prestação de contas, há questões relacionadas ao cumprimento do Calendário Escolar, e esse é um assunto considerado como um “calo” na escola, considerando ainda que teriam outros assuntos que precisavam ter sido abordados para poderem ser revisados.

A presidenta considera que a lei não previu questões que eram muito importantes para a mantenedora como, por exemplo, que o PPP (Projeto Político Pedagógico) que em algumas escolas está atrasado. Além disso, a membra complementou que tiveram escolas em que o processo de avaliação estava se aproximando e o mandato do conselho estava vencido há dois anos, portanto, considerou que essa foi a maior dificuldade, pois mesmo tendo sido enviado *e-mail* para todos os núcleos para que estes entrassem em contato com as escolas e orientassem que onde houvesse mandato vencido ou que fosse vencer durante o processo que fossem iniciados os procedimentos de regularização do mandato e do exercício (nova eleição, escolha), algumas não o fizeram. Questionou esse tipo de situação dizendo que se a escola percebeu que o mandato ia vencer e tinha conhecimento que trinta dias antes de vencer poderia/deveria compor um novo conselho por que não o fez? Ou ainda, se o mandato iria vencer durante o processo de avaliação e se havia a possibilidade de trinta dias antes poder regularizar por que não fizeram? Portanto, se venceu aquele mandato e tivessem tomado as devidas providências o outro conselho já poderia dar continuidade, uma vez que alguns integrantes acabam permanecendo, principalmente em escolas pequenas, pois é um de cada segmento, professor, equipe pedagógica, estudante, representante da

APMF, dos movimentos sociais e assim por diante, portanto, eles não se organizaram. Coloca que a mantenedora orientou todo o processo antecipadamente, portanto, o diretor e a comunidade sabiam desse momento, mas não sabe explicar o que aconteceu, se talvez, poderia ser de interesse que o conselho continuasse vencido para que a avaliação da gestão não acontecesse, porém, *“tiveram que se virar e dar um jeito pra regularizar essa situação”*, pois a avaliação aconteceu.

Além disso, a presidenta afirmou que, além dos mandatos, houve vacâncias que também não foram substituídas, muitas vacâncias no conselho que não foram supridas e com isso pelo menos dois terços dos conselhos não tinham a quantidade de membros necessária.

Foram questionadas se em relação as dificuldades observaram se ocorreram de forma mais concentrada em uma determinada região ou isto se caracterizava no estado do Paraná como um todo e ambas afirmaram que infelizmente aconteceu de forma geral.

Ao serem questionadas se a resolução atendeu os objetivos propostos, a presidenta disse que atendeu sim de acordo aos objetivos propostos na lei, frisando que a resolução não poderia extrapolar o que está previsto na lei. Afirmou ainda que como uma ação inédita no Paraná e no Brasil, porque embora existam avaliações de equipes diretivas, elas são totalmente diferentes do que foi realizado no Paraná, acha que atendeu os objetivos sim. Disse ainda que a intenção não era punir os diretores e nem os tirar, mas que fosse repensado todo esse processo de gestão mais pela comunidade.

A membra afirma que com a comunidade o objetivo era a participação efetiva e não a participação de ir lá só assinar, mas sim, entender e fazer parte de fato, se sentir parte do processo, ser responsável pelo processo, Diz que não é só mandar o aluno, o filho no caso, e não participar da vida escolar dele.

Em relação ao questionamento de que se consideram que a lei e a resolução deveriam ter alterações a presidenta afirma que considera que a lei deveria ter alterações e que com isso a resolução teria que seguir e complementa que na sua opinião deveria haver mudança em relação, especificamente, a avaliação, sendo que a lei deveria ampliar os critérios que irão ser avaliados, principalmente no que diz respeito aos aspectos pedagógicos porque como a lei fala do plano de ação o que acaba sendo avaliado é o relatório do plano de ação.

A membra diz que com isso dependia única e exclusivamente do que foi proposto. Com isso, se o diretor não fez nenhuma proposta pedagógica, embora uma das dimensões tenha sido pedagógica, ou apresentou apenas uma ação, já que a maior parte fica muito entorno do financeiro, do ambiente físico... considera, portanto, que deveria contemplar mais questões principalmente nos aspectos pedagógicos, como cumprimento do calendário escolar, vida legal, PPP (Projeto Político Pedagógico), PP (Proposta Pedagógica), Regimento Escolar etc. Reiterou que há Proposta Pedagógica que um professor fez e se não houver readequações fica o mesmo documento por até dez anos.

A presidenta acha que essa mudança é necessária para que se consiga realmente melhorar a gestão escolar, pois se percebe muita fragilidade. A membra indica a preocupação que as fragilidades observadas continuem, uma vez que, o processo de avaliação, infelizmente, não deu conta de algumas questões e com isso diretores que não tem uma boa gestão permanecem porque cumpriram o que estava no plano de ação demonstrando, de certa forma, que fizeram o mínimo.

O próximo questionamento foi colocado considerando que como foi afirmado pelas entrevistadas de que houve 26 pareceres favoráveis com ressalvas e 8 desfavoráveis, representando, portanto, números pouco expressivos, se seria diante disso, também, a necessidade de que se deveria melhorar essa avaliação, a membra da comissão respondeu: “Exatamente, porque não retrata fielmente.”

Ao se afirmar, que como havia sido dito, que houve diretores que atenderam o mínimo e tiveram parecer favorável ou favorável com ressalvas, a presidenta relatou que em 2017, principalmente no 2º semestre, teve um número gigantesco de diretores que estavam com alguns problemas com a prestação de contas, e essa foi a maior preocupação, a prestação de contas, e não com as questões pedagógicas para a avaliação, então, no segundo semestre de 2017, a partir da resolução, um número expressivo de diretores buscaram “arrumar” suas prestações de contas para que não tivessem parecer desfavorável na avaliação. E a membra completou dizendo que “isso deu uma boa melhorada no índice de inadimplência”.

Diante dessas colocações foi feita a pergunta de que a preocupação ficou mais evidente que era em relação a parte financeira do que a parte pedagógica a membra afirmou que “isso em relação a escola é muito triste porque o físico é importante, mas com o que de fato a escola tem que se preocupar?”

E retomando a pergunta foi colocado que o que era mais objetivamente punitivo era isso (prestação de contas) e membra disse que isso era mais objetivo. E ao ser afirmado que o pedagógico seria mais subjetivo a membra concordou e voltou a afirmar que *“dependia muito do plano de ação que o diretor havia proposto na sua candidatura, então, se era um plano de ação bem feito, bem claro, a comunidade também conseguia avaliar de uma forma mais precisa. Agora, quando esse plano de ação era falho, era muito abstrato, a comunidade também não tinha muito o que fazer”*. E lembrou, ainda que o plano de ação, quando foi proposto na candidatura, deveria ter o aval do conselho escolar e assim tiveram. Com isso, se o conselho avaliou o plano de ação era porque já o conheciam, contudo, foi percebido que não era de conhecimento de todos, que não sabiam que esse plano de ação já existia lá na candidatura. Diz ainda que só algumas pessoas conheciam, e considera que provavelmente as mais próximas da escola que assinaram colocando que o formato das assembleias, das reuniões de conselhos também têm que mudar. Relata que a mantenedora tem falado bastante sobre isso, orientando os técnicos dos núcleos e esperam que essa formação chegue até a escola, mesmo assim perceberam algumas fragilidades nesse sentido. Falou que na coordenação em que atuam trabalham insistentemente para que realmente sejam feitas as reuniões ordinárias previstas em calendário, para que tenha calendário próprio, para que toda a comunidade participe e que se consiga de fato a participação, porque ela infelizmente fica ainda só no papel, nas assinaturas.

A presidenta esclareceu que em abril do ano passado (2017) foi feita uma formação para TODOS os diretores do estado, sendo que em uma das oficinas foi trabalhado o plano de ação, preparando esses diretores para o relatório, pois, na verdade, não era o plano de ação, era o relatório do plano de ação. Assim, ele já tinha o modelo desse relatório que foi um dos anexos da resolução. Apesar de algumas coisas da resolução estarem sendo discutidas à época, o formato já estava pronto. Assim, eles começaram a entender ali como seria e que teriam que elaborar esse relatório. Foi pedido pelo menos um plano de ação de cada núcleo, para ser analisado e com isso foi colocado no material das oficinas as ações propostas pelas equipes diretivas para que entendessem como iam colocar, como estava a situação de cada ação, isto é, se a ação foi executada, estava em processo ou se nem havia sido iniciada. Em alguns planos de ação, observou-se que na dimensão prática pedagógica, havia uma ação e na dimensão espaço físico havia nove! Ou na

dimensão avaliação, uma ação e na do ambiente escolar, quatorze! A presidenta conclui sua fala afirmando que a grande maioria dos planos de ação, focam mais nas questões físicas do que nas questões pedagógicas e que quando foi feita a avaliação era com base nesse plano e a parte pedagógica da escola ficou realmente...¹⁰

A membra da comissão conclui que dizendo que quem recebeu parecer desfavorável realmente não queria continuar, pois dependia somente dele (diretor), uma vez que era aquilo que ele propôs e aquilo que ele cumpriu.

4.3 ENTREVISTA COM UMA PRESIDENTA DE CONSELHO ESCOLAR NO PERÍODO AVALIATIVO DA GESTÃO DA EQUIPE DIRETIVA

A entrevista foi realizada com a professora que exerceu a função de Presidenta extraordinária do Conselho Escolar no período de avaliação da gestão da equipe diretiva do Colégio Estadual Jayme Canet, professora Nilza Zanon de Souza Machado. Esta afirmou que é docente do Ensino Fundamental atuando na rede estadual há 20 anos, isto é, desde 1998. No Colégio Jayme Canet atua desde o ano 2000, sendo que se afastou da escola de 2006 a 2010, pois era contratada pelo vínculo CLT e o contrato foi rescindido, não tendo, portanto, vínculo com a rede estadual de ensino, nesse período. Assumiu o padrão de professora no ano de 2011 e tão logo assumiu voltou para esta escola. Explicou que atua 20 horas na rede estadual e mais 20 horas na rede municipal.

Ao ser questionada sobre qual foi o critério utilizado para determinar quem seria o(a) presidente(a) do conselho escolar no período destinado à avaliação, falou que se houve algum critério não saberia explicar pois, não chegou a ser discutido, uma vez que foi uma decisão da direção. Enfatizou que houve uma reunião do conselho, que se discutiu sobre a questão da realização da avaliação que aconteceria e isto foi decidido nessa reunião, mas por uma indicação da direção que fosse ela, sendo que todo o Conselho acatou e não houve nenhuma objeção.

Ao ser questionada de que se houvesse mais de um candidato para a função de presidente e qual segmento representava afirmou que ninguém se manifestou,

¹⁰ A ideia não foi completada verbalmente pela entrevistada.

devido a indicação do nome dela ter sido feita pela direção, a qual esclareceu que não houve mais de um candidato e que nem ela era candidata, sendo que isso foi colocado pela direção na reunião do Conselho Escolar e acredita que foi a direção que fez a sugestão, uma vez que não se recorda dos detalhes e a direção acabou fazendo essa sugestão e todo mundo acatou e ela também, sendo que foi um processo bem tranquilo.

Foi colocado que o início do processo avaliativo se deu com a equipe diretiva fazendo explanação do plano de ação para o conselho escolar sendo questionada se o conselho escolar já tinha conhecimento desse plano antes dessa etapa. Respondeu que sim e, esclareceu que, quando saiu a normativa sobre as “eleições”, já se tinha conhecimento de que haveria essa avaliação no término do segundo ano e em aproximadamente setembro do ano passado (2017), o representante do Núcleo de Educação de Curitiba esteve na escola e fez uma reunião com o Conselho Escolar, com o objetivo de alertá-los que o processo iria acontecer em fevereiro de 2018. Diz, então, que embora já soubessem do processo, que ele iria acontecer, não sabiam quando. Com isso, nessa reunião o representante do núcleo já foi adiantando algumas datas.

Foi questionada se considerava que o plano de ação da escola em questão contemplou de forma ampla e completa todas as dimensões, esta respondeu que considera que não foi completa, porque até no relatório final tiveram algumas observações, sugestões, ações que foram propostas e não puderam acontecer, assim como tinham algumas propostas que estavam ainda incompletas e por isso houveram várias sugestões no relatório final da avaliação. Foi perguntada se foram indicadas ações que não foram contempladas no plano e respondeu que foram contempladas ações que não apareceram no plano de ação deles, mas no dia, que o grupo ali como representante dos segmentos da escola, julgaram essas ações importantes dentro do colégio.

Foi indagada se dentre todas essas ações, que não foram contempladas, haveria alguma que considerava mais relevante que deveria ter aparecido, porém não apareceu no plano. Disse não se recordar precisando, na verdade, reler o relatório para ter certeza, pois o processo foi em fevereiro. Contudo, complementou que a comissão comentou que

“(...) tem muitas ações que a equipe diretiva coloca no plano de ação que não são ações que competem a eles executarem, então, no nosso entendimento elas não deveriam estar ali, pois se não são eles que vão

realizar... é difícil você responder por algo que não compete a você e tem de todos os segmentos ali da escola. Então, é até difícil, porque no resultado final de algumas ações até a justificativa dele de que era por falta de tempo, que não houve tempo por falta de condições financeiras, de verbas que não entraram e deixaram de acontecer e não compete a eles. Então, no meu entendimento, essas ações não poderiam estar no plano de ação. Não sei se foi uma falha da equipe diretiva na hora de elaborar ou se é uma falha de algo que já vem de cima, porque eu também não sei como que vem para eles elaborarem, se já pede que se conte isso... Não sei mas, se não cabe a eles resolverem, não tem o poder de decisão, de repente não poderia estar no plano de ação.”

Foi questionada sobre se houve consenso no apontamento das ações concluídas, em processo ou não iniciadas, quando houve essa avaliação, disse que houve consenso, porém, houve uma reunião muito longa, onde foram discutidas todas as ações, onde cada representante de cada segmento deu o seu parecer de acordo com o que o segmento dele colocou, para daí ser dado um parecer final para cada ação. Considerou, portanto, que foi bem democrático esse processo, pois chegou-se ao consenso de forma tranquila.

Foi interrogada se nessa discussão percebeu se houve uma participação efetiva de todos os representantes, de todos os segmentos, principalmente, dos estudantes e dos pais. Afirmou que houve a participação de todos os segmentos, inclusive, dos segmentos falando com as suas partes, exemplificando que ela como representante dos professores do Ensino Fundamental conversou seus pares, sendo que houve sim também dos estudantes, dos pais, ou seja, de todos os segmentos, todo mundo contribuiu. Relatou que muitos pais compareceram no dia porque foram feitos comentários de pais que vieram para dar sua contribuição para o representante dos pais, naquele dia. Concluindo que, foi um trabalho de muita participação da comunidade.

Ao ser questionada se considera que a resolução que regulamentou o processo avaliativo das equipes diretivas atendeu o objetivo de ser uma avaliação formativa. Disse que acredita que atendeu sim a esse objetivo, na escola em questão acredita que atendeu em todos os segmentos. Foi ressaltado à entrevistada que a mantenedora entendia que a avaliação era formativa no sentido de não ser punitiva e de que a escola refletisse sobre as suas ações e com isso melhorar. Sendo novamente questionada se considera que isso aconteceu na escola. Com isso, afirmou que quando dado o resultado final para equipe diretiva, estavam todos os membros do Conselho e, para cada ação que houve sugestões, estas foram sendo repassadas e sendo discutidas com eles, qual seria a maneira, se seria viável

não fazer essas alterações no procedimento dentro da escola, sendo que considera que foi um processo positivo e formativo.

Foi perguntado quais as principais dificuldades observadas para que a equipe diretiva não tenha concretizado todas as ações propostas. Respondendo que achava que algumas ações que eles colocaram não competia a eles. Então foi colocada a ação e isso dificultou porque dependia de outros segmentos. Além disso, a questão do tempo, pois algumas ações são de desenvolvimento durante os quatro anos. Foi entendido que algumas ações não haviam nem sido começadas, mas eles ainda teriam dois anos para aplicá-las e outras por questões financeiras, de verbas.

Foi indagada sobre quais os pontos positivos e negativos desse processo e se teria alguma sugestão para melhoria. Afirmou que no entendimento dela achava que o maior ponto positivo dessa avaliação foi a participação do Conselho Escolar, pois o conceito dos segmentos, dos representantes do Conselho Escolar mudou após esse processo avaliativo, vendo os membros do conselho mais “antenados” com tudo o que está acontecendo e vê professores, porque é do seu segmento, muitos agora vem fazer algumas perguntas relacionadas a algumas coisas que estão acontecendo na escola, se o conselho concorda com isso ou não, sendo que não via esse tipo de questionamento antes. Esclarece que não pode afirmar se em todos os segmentos isso está acontecendo, mas, a nível do ensino fundamental percebeu essa mudança de postura. Considerou como ponto negativo a demanda, porque foi encaminhada uma papelada e tinha que estar a par de tudo, saber de tudo e ainda havia os compromissos com as aulas nesta escola ou em outro lugar e tinha que dar conta de tudo. Disse que foi uma demanda a mais e de repente pelo período já estivessem sobrecarregados com outros compromissos e achou que sobrecarregou nesse sentido. Não viu a ação da avaliação em si como tendo algo negativo. Em relação a sobrecarga considera que se deu por causa do tempo, por ter coisas para decidir, providências a tomar, mas daí só se tem o tempo de antes de entrar em sala para dar as suas aulas ou só o intervalo para tomar essa decisão e essas coisas demandavam mais e era preciso continuar fazendo seu trabalho, sendo que considera que nesse sentido seria um ponto negativo. Coloca que de repente por ter sido Presidente e ser professora alguns momentos não conseguiu fazer as duas coisas. Considera que o Presidente de uma escola que não era professor de sala de aula, exercendo, portanto, outra função talvez não tenha ficado tão sobrecarregado. E como sugestão para melhorar esse processo avaliativo disse

que não teria nada acrescentar, pois acha que o processo foi válido, foram recebidas as orientações com três meses de antecedência, receberam a documentação e depois foi enviado novo recado e com isso foi ler tudo o que havia sido enviado, por isso acha que o processo ocorreu tranquilamente, com exceção dessas demandas extras.

Sobre se considerava positivo dar continuidade nos próximos anos de gestão pensa que sim, pois nessa escola só tinha uma chapa, com isso foi uma escola onde o processo eleitoral foi tranquilo e também foi uma escola que essa avaliação aconteceu tranquilamente mas, mesmo assim, viu uma postura diferente da equipe diretiva em relação a essa avaliação, uma preocupação da equipe diretiva com esse resultado da avaliação. Com isso, afirma que foi uma escola que houve só uma chapa e o resultado considera que foi positivo, pois houve uma preocupação em estar cumprindo ações, considerando, como em qualquer outra instância que também se preocupa quando será avaliado, e analisando num âmbito geral, em escolas que houve mais de uma chapa, o resultado também tende a ser positivo, acreditando que é algo que pode continuar acontecendo. Foi colocado que a equipe diretiva estaria, assim, se preocupando mais com o que planeja sendo retrucado pela entrevistada que isso deixou também uma certa acomodação após resultado, pois daí a avaliação já aconteceu.

4.4 ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA APP-SINDICATO (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ)

Para esclarecer, também, como se deu o processo de tramitação da lei que tratou sobre a eleição para diretor(a) escolar, foi feita entrevista por meio de questionário escrito com uma das professoras que compôs a Comissão de negociação da APP-Sindicato com o governo.

Ela atua na rede estadual desde 2004 como docente da disciplina de Geografia, contudo, está no magistério desde 1994, iniciando em redes municipais. Na APP-Sindicato cumpre a função de Secretária de Finanças estando como dirigente no núcleo sindical de Campo Mourão e militando na base desde 1996.

Sobre a forma como acompanhou a elaboração na lei 18590 na Assembleia afirmou que quando houve a elaboração da lei estava no sindicato, na secretaria educacional, e já compunha a comissão de negociação da APP com o governo,

sendo então, de sua responsabilidade acompanhar os debates da pauta de gestão escolar proposta pela SEED.

Relata que foi convidada para uma reunião na SEED onde apresentariam o debate que a secretaria estava realizando sobre o tema, contudo, o convite não era para uma reunião formal e não pediram a comissão toda, com isso foram em três dirigentes. Ao chegarem na SEED se depararam com uma comitiva grande lhes aguardando, sendo que estavam presentes vários departamentos da SEED e o deputado líder do governo na Assembleia Legislativa à época.

A equipe presente passou a apresentar a nova proposta, já em forma de projeto de lei (o que não era comum, uma vez que as alterações ou regras para eleições de direção não precisam ser organizadas assim). Não foi entregue a minuta, sendo que tiveram que anotar todas as alterações propostas.

Colocou que *“o anteprojeto era horrível, não tenho outra palavra para expressar, o princípio do documento era a punição, todo o texto estava organizado dando poderes ao governo de retirar a direção de escola a qualquer tempo, dava o controle total da gestão ao governo e colocava as direções de escola em situação de submissão e controle. Exigia um curso prévio de gestão para que as pessoas pudessem concorrer ao cargo, entre outros.”* Afirmou que se colocaram contrários ao documento e pediram que a secretaria montasse um grupo de trabalho composto por representantes da SEED e da APP para que fosse discutida a minuta. Porém, a SEED não montou o grupo de trabalho e retirou o debate da secretaria encaminhando o Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP.

Apontou que a primeira grande crítica à SEED foi sobre a medida tomada pela Secretaria de Educação em decidir por se retirar do debate da organização das escolas e da gestão para colocá-lo num espaço onde poucos entendem o cotidiano escolar e ainda decidir sobre ele. Com isso, passaram, então, a debater na ALEP. Tiveram acesso ao texto do Projeto de Lei e o debate aconteceu nas várias comissões em que o mesmo passou. Afirmou que, na comissão de educação foi onde tiveram maior possibilidade de debate. A subjetividade dos critérios de avaliação presente em todo o texto que sempre culminavam em punição foram retirados em sua maioria, por entenderem que era inconstitucional, mas o texto ainda apresentava muitos problemas. Relata que o governo deslocou o debate para dois temas: a ampliação do mandato de três para quatro anos e o fim do limite para

reeleição, escondendo os outros problemas que o projeto apresentava, sendo no seu ponto de vista um debate inglório.

Com isso, diz que o governo dividiu a categoria pois, nos dias das votações do projeto, deputados financiaram ônibus e pagaram a vinda de direções de escola favoráveis ao PL, em contraponto a posição da APP. Além disso, considera que a discordância central apresentada pela APP-Sindicato não residia necessariamente nestes dois itens, mas no caráter do PL e na forma como foi construído, mas que nem todas as direções tiveram esse entendimento. Com isso, relata que viram uma assembleia legislativa lotada com a categoria dividida nas galerias entre os favoráveis e os contrários ao PL. Contudo, o governo tinha maioria de votos entre os deputados e aprovaram a lei.

Em relação ao acompanhamento da elaboração da minuta da lei afirmou que não houve acesso à minuta, mas sim aos pontos centrais que a SEED propunha alteração.

Sobre quais os pontos mais relevantes que o sindicato discordou no texto final respondeu que teve-se discordância na forma autoritária como a lei foi construída e dos pontos centrais da lei, a alteração do voto de paritário para universal, a não limitação de mandatos, a avaliação no segundo ano de mandato e os afastamentos temporários ou definitivos decorrentes de qualquer condenação das direções em processos administrativos.

Sobre qual foi o posicionamento em relação a ampliação do tempo de gestão de 3 para 4 anos e sobre a questão de não abordar um limite de tempo de gestão com a mesma equipe diretiva afirmou que a APP-Sindicato apresentou as posições construídas historicamente pela categoria nas conferências de educação, congressos, seminários e outros espaços de debates e construção das pautas da categoria. Dentro deste debate, a ampliação de tempo de mandato foi vista como menos prejudicial à uma gestão do que a possibilidade de reeleição sem limite. Considera, portanto, que a eleição por mais que seja entendida como um avanço na escolha da direção de escola, esta não está livre dos problemas vivenciados nas eleições gerais sendo, que em muitos lugares, reproduz-se os métodos que tanto busca-se superar em outros espaços, e com a alteração do voto para universal, a conquista pelo voto dos estudantes poderia levar à práticas que em nada contribuem para gestão democrática desejada.

Sobre se o sindicato se envolveu na elaboração da resolução que regulamentou o processo de avaliação da gestão dos diretores afirmou que não houve participação na elaboração da resolução. Questionada, ainda, se considerava se a resolução teria dado conta de avaliar de forma ampla a gestão, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, uma vez que a avaliação se pautou nas prestações de contas e no plano de ação elaborado pela equipe diretiva, respondeu que não houve acompanhamento desse debate e apresentaram contrariedade aos critérios de avaliação. Contudo, avaliou-se que esses ainda teriam sido menos complicados dos apresentados na minuta, que caberia a uma “equipe competente do NRE” a avaliação, pois este texto foi retirado e substituído pelo conselho escolar.

Ao ser colocado que a resolução, com base na lei, prevê o afastamento do cargo de diretor em caso de irregularidades relacionadas a prestação de contas foi questionada se considerava que a mantenedora dava o subsídio suficiente para que os diretores realizem as prestações de contas de forma adequada, levando, também, em consideração que a maioria são professores com pouco conhecimento relacionado às questões financeiras. Disse que não há subsídios na formação, e que contrário a isso, a SEED promove uma disputa entre as escolas e premia a “melhor gestão” financeira, com isso, só as escolas premiadas passam por formação na área. Continua afirmando que, outro problema vivenciado pelas direções de escola com o tema, está ligado às empresas prestadoras de serviço e o método utilizado pelo setor financeiro da SEED, pois a escola antes de contratar um serviço ou realizar uma compra precisa consultar a situação desta empresa em vários órgãos de fiscalização, e assim, como a SEED só avalia as contas das escolas no final de cada ano, se a empresa apresentar problemas na data em que a SEED fizer a consulta, a nota pode ser reprovada, mesmo que estivesse regular quando da compra e que são situações como essas que trazem insegurança para as direções de escola e afastamentos temporários decorrentes dessas situações.

Foi questionada sobre quais seriam as sugestões para qualificar o processo de consulta e o processo de avaliação da gestão, sendo que afirmou que

“para qualificar o processo de consulta precisaríamos qualificar a atuação das instâncias colegiadas da escola. O grêmio escolar e o conselho escolar deveriam desempenhar plenamente suas funções. As escolhas das representações dessas instâncias deveriam resultar de um processo democrático, onde o representante do/a estudante fosse escolhido em assembleia de seus pares, dos pais, mães ou responsáveis, dos/as professores/as, funcionários/as, enfim de toda a representação. O exercício da participação deveria ser estimulado e a superação da reprodução no

espaço escolar de práticas das eleições gerais. Entendemos que o voto para ser justo e garantir a representação de todos que compõe a comunidade escolar precisa ser paritário, o voto universal distorce a representação. Se todos os envolvidos no processo da gestão atuarem plenamente, a avaliação pode se dar através do conselho escolar, instância que participa da gestão. Mesmo com todas as dificuldades que o processo atual apresenta, a APP-Sindicato defende a manutenção da eleição para direções de escola, lutamos para que ele melhore e não que seja substituído por concurso ou indicação feita pelo executivo, queremos ampliação da democracia."

4.5 POSICIONAMENTO DA APP-SINDICATO (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ) SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE DIRETORES

Foram coletadas informações sobre o acompanhamento da formulação da Lei e da Resolução aqui abordadas divulgadas no *site* do referido sindicato e que aponta posicionamentos relevantes sobre o assunto e que serão transcritos abaixo.

Sob a manchete "Nesta segunda: debate sobre eleição de diretores(as) na Alep" divulgada no dia 28 de setembro de 2015 o texto diz que

Nesta segunda-feira (28), às 17h30, os(as) deputados(as) que compõem a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) irão analisar um substitutivo que deverá alterar o projeto de lei 631/2015. A proposta do governo foi denunciada pela APP-Sindicato e pela categoria, que defendem que a eleição deste ano seja promovida utilizando a atual legislação. **A entidade tem enfatizado que o debate sobre mudanças na forma como é realizada a eleição para escolha das direções nas escolas é necessário, mas deve ocorrer de forma democrática, envolvendo todos os segmentos interessados.** (<http://appsindicato.org.br/nesta-segunda-debate-sobre-eleicao-de-diretoresas-na-alep/>) (grifo nosso)

A manchete seguinte datada de 05 de outubro de 2015 diz que "Retira ou rejeita: apesar de substitutivo garantir avanços, projeto mantém pontos de divergência" e no texto afirma que

Semana decisiva para a educação pública paranaense. **O governo do Estado insiste em alterar as regras para as eleições de diretores(as) das escolas estaduais.** Em novembro utilizando-se da comissão geral, mais conhecida como "*tratoraço*", o governo do Estado arbitrariamente **impôs a prorrogação do mandato dos(as) diretores por mais um ano**, sob a promessa (mais uma) de ampliar o debate com a categoria para "melhorar" o processo de escolha dos(as) gestores(as) escolares. (...) **O governo encaminhou, em 25 de julho, uma proposta de alteração da lei 14.231/2003, que garantia, com muita luta do sindicato, que os(as) diretores(as) das escolas estaduais pudessem ser escolhidos através do voto direto. A proposta apresentada no final do primeiro**

semestre tinha um caráter punitivo, (...). O objetivo era tirar da comunidade escolar o poder de decisão na escolha, no acompanhamento e na gestão da escola, passando para o governo estas funções.

Desde então, a direção do sindicato em sintonia com a categoria, estabeleceu uma verdadeira “trincheira” na ALEP, conversando com deputados, participando de audiência pública, realizando debates em todas as regiões do Estado. Além disso, atuou incisivamente na comissão de educação, (...) para que o projeto fosse retirado.

Neste processo, a comissão de educação construiu a partir dos debates e da pressão do sindicato, um substitutivo à proposta do governo.

Nesta semana, o substitutivo vai à votação no plenário da Assembleia Legislativa. O posicionamento do sindicato é para que seja rejeitado pelos parlamentares. **Apesar de conter vários avanços em relação ao projeto inicial, a nova proposta não contempla todos os pontos defendidos pela categoria.**

Proposta inicial do governo

– Retirava da comunidade escolar a organização e condução do processo de eleição;

– Caráter punitivo – mandato de 4 anos com avaliação subjetiva da secretaria de educação, possibilitando a cassação do mandato por qualquer denúncia;

– fim do voto igualitário;

Pressão traz resultados

Houve mudanças que aproximam o substitutivo da atual lei, mantendo a comunidade escolar na organização do processo e dando ao conselho escolar a competência na avaliação dos primeiros dois anos de mandato. Porém alguns “pontos de discórdia” ainda persistem como, por exemplo, o fim da igualdade do voto, avaliação de desempenho subjetiva, segundo turno nas eleições e o estabelecimento de um curso de capacitação como critério para participar dos próximos processos de eleição.

(<http://appsindicato.org.br/retira-ou-rejeita-apesar-de-substitutivo-garantir-avancos-projeto-mantem-pontos-de-divergencia/>) (grifo nosso)

Na manchete seguinte intitulada “Em primeira votação, PL 631/15 é aprovado.

Emendas serão analisadas nesta terça (6)” o texto esclarece que,

(...) Dezenas de educadores(as), organizados(as) pela APP-Sindicato, acompanharam a sessão desta segunda-feira (5), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O motivo? A votação do Projeto de Lei 631/2015, de autoria do governo do Estado, que altera as regras da eleição das direções das escolas da rede pública estadual de ensino. A votação (e aprovação) do mérito ocorreu hoje (**foram 15 votos contrários e 35 a favor da proposta**), após a análise da matéria nas comissões de Constitucionalidade e de Educação da Casa Legislativa. E, mais uma vez, os(as) deputados(as) – inclusive os da base do governo – se ressentiram da forma como o tema chegou ao Legislativo: apressada, mal formulada e com um texto claramente revanchista.

(...) A secretária de Finanças da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, mesmo com as alterações permanecem pontos que vão de encontro à vontade da categoria. **“Somos contrários ao segundo turno; somos contrários a realização de curso antecipado, pois apesar de favoráveis a formação, esta não deve ocorrer antes da eleição do diretor; somos contrários a avaliação no meio do mandato, mesmo que não seja mais feito pela Secretaria de Educação, e sim pelo Conselho Escolar. E, por fim, questionamos o fim do voto paritário, que já garante que o voto dos pais e estudantes tenha um peso de 95% no atual modelo de eleição”**, descreveu.

(...) Lemos falou sobre a importância do papel da APP ao provocar o debate, no Poder Legislativo, que a Secretaria de Estado da Educação se furtou de fazer nas comunidades e regiões pelo Estado sobre o projeto. “A pressão feita pelos educadores surtiu efeito. Vários dispositivos, do projeto original, foram alterados. Esse projeto já tem dois substitutivos, um da Comissão de Constituição e Justiça e o outro, que é uma subemenda geral, aprovado na Comissão de Educação. Agora, o Romanelli anunciou que vai apresentar um novo substitutivo geral, alterando ainda mais dispositivos do projeto que o governo mandou e que consideramos muito ruins”, informou Lemos.

Os parlamentares também lembraram que o governo suspendeu a eleição no ano passado sob a justificativa de que a lei precisaria ser melhorada. (...) **As bancadas de oposição e independente apresentaram 10 emendas ao projeto**, que deverão ser analisadas na comissão de constituição e justiça (CCJ) e segue para votação final em plenário nesta terça-feira (6). Além disso, outras três emendas, da base do próprio governo, também serão analisadas.

Papel da APP – A direção da APP também destacou, na avaliação que fez da sessão com os integrantes da categoria que acompanharam o debate, o esclarecimento feito pelo próprio líder do governo na Casa, o deputado Luiz Cláudio Romanelli. “Nós conversamos com os deputados para deixar explícito aquilo o que nós defendemos. Fizemos *lobby* durante duas semanas. Não há um parlamentar que desconheça o posicionamento da nossa categoria, retirada em assembleia e reafirmada, publicamente, na audiência realizada aqui mesmo, na Alep. E durante a fala feita hoje, o deputado Romanelli confirmou isto. Ele informou que sentou com os dirigentes da APP e ouviu deles, claramente, que **o sindicato é contrário ao projeto**, e que estes demonstraram, detalhadamente, quais as contrariedades sobre este tema”, esclareceu a secretária de Finanças da APP.

Emendas – Nesta terça-feira (6), às 13h30, será muito importante que a categoria compareça em peso a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (para onde volta o projeto). “Nós continuaremos nos esforçando para que as emendas sejam acolhidas na CCJ. Se não for possível, vamos manter a pressão para que estas emendas sejam aprovadas no plenário.

Esse projeto, sem a nossa interferência, seria muito pior”, avaliou o presidente da APP, professor Hermes Silva Leão. A secretária Geral da entidade, Vanda do Pilar Santos, reafirma a importância das modificações defendidas pela APP. “**Nossas emendas são fundamentais, são elas que garantem o retorno ao patamar atual de gestão democrática**. Por isso precisamos de muita gente, aqui, amanhã, para convencer os deputados e pressioná-los que votem a favor das nossas emendas”, convidou. (<http://appsindicato.org.br/em-primeira-votacao-pl-63115-e-aprovado-emendas-serao-analisadas-nesta-terca-6/>) (grifos nossos)

No dia 06 de outubro de 2015 a manchete coloca “Emendas da oposição garantem gestão democrática nas escolas”, sendo que o texto descreve

A bancada de oposição apresentou dez emendas ao projeto de lei do Poder Executivo que altera os critérios da escolha de diretores das escolas estaduais. Com as propostas, a oposição visa corrigir as distorções do projeto e garantir a gestão democrática nas escolas.

O líder da bancada, deputado Tadeu Veneri (PT), disse que o governo pretende transformar as eleições escolares num braço do processo eleitoral. “O que está em jogo é se os diretores passarão a ser eleitos com o apoio da comunidade escolar ou pelo poder dos vereadores, dos prefeitos e do próprio governador.”

Entre as propostas da oposição está a manutenção do mandato de quatro anos para os diretores – de acordo com o texto do Executivo, o

mandato passará a ser de dois anos renováveis por mais dois a depender da aprovação da Secretaria Estadual de Educação. A bancada ainda defende a exclusão do requisito de inscrição em curso de formação escolar fornecido pela Secretaria de Educação aos candidatos e a manutenção do voto proporcional, como previsto na legislação atual.

O deputado Professor Lemos (PT) destacou que, caso as emendas da oposição sejam rejeitadas, o projeto irá alterar leis que garantem a liberdade de escolha das comunidades escolares. “O projeto tem imperfeições que não interessam a educação pública e ao povo paranaense. Construímos as emendas junto com a APP-Sindicato, com o apoio de vários deputados, para que possamos melhorar o projeto, deixando em condição de ser aprovado e podendo fazer bem a escola pública do Paraná.”

Com o voto contrário da oposição, o projeto foi aprovado em primeira discussão na tarde de hoje. Foram 35 votos favoráveis e 15 contrários. Com a apresentação das emendas, o texto retorna à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Confira abaixo as emendas da bancada:

- Determina que mandato dos diretores será de 4 anos. De acordo com o texto do Executivo, o mandato passará a ser de dois anos prorrogáveis por mais dois anos a depender de autorização da Secretaria de Estado da Educação;
- Exclui o requisito de inscrição em curso de formação escolar fornecido pela Secretaria de Educação aos candidatos;
- Mantém o voto proporcional como previsto na legislação atual;
- Exclui o segundo turno no caso de inscrição de três chapas ou mais quando a chapa eleita receber menos de 40% dos votos;
- Estabelece como segundo critério de desempate na eleição dos diretores o maior tempo de serviço no Magistério Estadual;
- Retira do texto a determinação do afastamento definitivo do diretor em caso de insuficiência de desempenho administrativo ou pedagógico e a determinação do afastamento definitivo pela não participação ou aproveitamento insatisfatório em cursos exigidos pela Secretaria de Educação;
- Determina que o candidato a diretor deve trabalhar na escola há pelo menos 180 dias a partir do registro da chapa. O texto do Executivo determina que o candidato deve trabalhar na escola somente desde o início do ano letivo;
- Sugere que o plano de ação do candidato a diretor deve estar em consonância com as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O texto do Executivo determina que o plano deve estar compatível com a política educacional da Secretaria Estadual de Educação;
- Autoriza os candidatos de escolas de educação profissional a se candidatarem mediante comprovação de formação superior em sua área específica;
- Possibilita a candidatura de quem já foi condenado criminalmente desde que cumprida integralmente a pena e reabilitado nos termos da legislação penal em vigor. (<http://appsindicato.org.br/emendas-da-oposicao-garantem-gestao-democratica-nas-escolas/>) (grifos nossos)

E por fim a última manchete sobre o assunto afirma que “Avaliação de diretores(as): APP defende escola mais democrática” e o texto esclarece

Já está em curso o primeiro processo de avaliação de diretores(as) e diretores(as) auxiliares previsto na Lei Estadual n.º 18.590, de 13/10/2015. Aprovada sob intensos protestos, a lei trouxe retrocessos ao processo de eleição de diretores(as), como o estabelecimento dessa avaliação ao final do segundo ano de mandato, a realização de cursos de capacitação como critério para concorrer ao cargo e a realização de

segundo turno de eleição em alguns casos. A proposta original era de que a avaliação fosse feita pela própria Secretaria de Estado da Educação (Seed), mas graças às mobilizações, essa atribuição foi transferida para os Conselhos Escolares.

A APP-Sindicato considera que essa avaliação no meio do mandato fragmenta o trabalho pedagógico e faz com que os(as) diretores(as) trabalhem em clima de coação. “Nunca fomos contrários a avaliação, mas sim contra uma avaliação punitiva como já temos debatido desde a construção da lei”, frisa Taís Mendes, secretária educacional da APP. “Esse modelo ainda é bastante subjetivo e precisa ser debatido com a comunidade como um todo”.

O processo se baseia na avaliação formativa, ou seja, a partir da autoavaliação da Equipe Diretiva, apresentada no Relatório do Plano de Ação. O Conselho Escolar analisará os dados relatados e emitirá um parecer, cuja finalidade é aprimorar o processo de gestão, permitindo ajustes nas ações ainda não alcançadas através da elaboração de um novo planejamento. Caso o parecer do Conselho Escolar seja favorável ou favorável com ressalvas, o(a) diretor(a) prossegue na gestão durante os dois anos seguintes, completando o mandato de quatro anos; mas caso o parecer seja desfavorável, a gestão será interrompida. A Resolução n.º 5.547/2017, que estabelece os procedimentos para a realização do processo de avaliação, determina os critérios para elaboração desse parecer.

No dia 6 de março, terminou o prazo para análise dos relatórios entregues pela Equipe Diretiva. Os Conselhos Escolares se reúnem até o dia 9 de março para explanação e têm até 19 de março para emitir o parecer. (<http://appsindicato.org.br/avaliacao-de-diretoresas-app-defende-escola-mais-democratica/>) (grifos nossos)

5. AS DIFERENTES FORMAS DE PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR(A) ESCOLAR E SUAS RELAÇÕES COM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para compreender melhor como se deu historicamente os processos de provimento para o cargo de diretor/a no estado do Paraná se faz *mister* considerar que

“(...) a partir de 1968, encontramos apenas critérios para a indicação ou eleição do diretor e normas de qualificação de seu registro (...). Entretanto, o Conselho Estadual de Educação do Paraná adotou o regimento único para as escolas públicas estaduais. Ao mesmo tempo, sugere um poder diluído e descentralizado, uma vez que propõe à instituição a criação de uma Congregação de Professores, que, conforme Deliberação 027/72 – CEE configura-se como um “órgão consultivo e deliberativo em assuntos didáticos e pedagógicos e consultivo em assuntos administrativos”. De acordo com essa Deliberação, a direção da escola é vista como “o órgão que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, aos trabalhos dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior”. (Deliberação 027/72 –CEE). A década de 80 foi marcada pela adoção da escolha do diretor pelo voto e pela criação dos Núcleos Regionais de Educação. Quanto à escolha do diretor pelo voto, a primeira indicação ocorreu em meados de 1983, sob as determinações do Decreto/lei nº 455/83, de 13/04/83, que garantia que a comunidade escolar, alunos do 2º grau, professores, funcionários (mesmo analfabetos) participassem do processo. A segunda indicação, com características eletivas, ocorreu no final de 1985, quando o diretor eleito era nomeado pelo governador, conforme o Decreto-lei nº 7.961/84.” (ANTUNES, 2008, p. 10-11).

Sobre isso, Silva (2016, p. 06) afirma que durante um longo período (década de 60 e início dos anos 80) as formas de escolha dos diretores das escolas públicas paranaenses foram a indicação política e a Lista Tríplice que era elaborada pela Congregação de Professores de cada escola considerando que os primeiros atendessem os requisitos para a investidura do Magistério Público, bem como possuíssem experiência administrativa e competência notória e os segundos dentre os professores que dessem provas de eficiência e capacidade profissional. Contudo, a autora diz que na década de 1970, do século XX, por iniciativa do deputado Aníbal Khury, a Assembleia Legislativa do Paraná revogou a Lista Tríplice como recurso eletivo, retomando o sistema do favorecimento político da forma como era utilizado em 1930.

Ainda descrevendo as mudanças nos processos de provimento dos/das diretores/as Antunes (2008, p. 13) descreve que

Em 2001, conforme o Decreto n º 4313 e a Resolução nº 1597 de 29/06/00, modificou-se a forma de escolha de diretores da rede estadual de educação

básica no Paraná. O processo passou a ser realizado em duas fases: na primeira delas, o candidato deveria realizar uma prova escrita de conhecimentos gerais, a qual contemplava temas sobre gestão democrática e administrativa, de caráter eliminatório; na segunda previa-se a votação direta e secreta pela comunidade escolar, só podendo participar os candidatos considerados aptos na primeira fase. Este processo de escolha foi marcado por muitos conflitos. Candidatos foram reprovados na 1ª fase, sendo impedidos de realizar a fase seguinte e, em muitas escolas, a escolha nem ocorreu. O resultado foi um grande retrocesso, uma vez que muitos dos diretores foram transformados em interventores e indicados pelos “comandos políticos” das diversas regiões do estado. No ano de 2003, com a mudança do governo do Estado, foi implantado outro modelo de gestão democrática. Sua característica principal passou a ser a eleição de diretores e a valorização das instâncias de participação no interior das escolas. Para implementar essa política, o Decreto n.º 450/03 destituiu da função de diretor e de diretor auxiliar todos os professores e especialistas “interventores”, delegando aos Núcleos Regionais de Educação a organização de um processo de consulta à comunidade escolar para a escolha do diretor e diretor auxiliar. (...) A Lei nº 665/03, de 17 de novembro de 2003, disciplinou a designação de diretores e diretores auxiliares mediante consulta à comunidade escolar.

É necessário considerar que historicamente o Brasil possui pouco tempo de vivência democrática, estando arraigado fortemente concepções relacionadas ao autoritarismo e do controle político dos cidadãos, o que pode justificar uma certa “resistência” em relação as medidas que sejam mais democráticas, porém Krawczyk (1999) afirma

No quadro da luta pela construção de uma sociedade democrática, uma das grandes vitórias das escolas no campo político-educativo foi a conquista da liberdade de ação e de decisão em relação aos órgãos superiores da administração e a maior participação da comunidade escolar nos espaços de poder da escola, por meio de instâncias como os conselhos de escola. (p. 113)

É relevante considerar que também houve nas legislações anteriores diferença de peso nos votos conforme cada segmento escolar, sendo que no último processo realizado o voto foi igualitário, contudo, desconsiderou-se ações que levasse aos diferentes segmentos a consciência política, uma vez que, conforme explicitado nas entrevistas realizadas não foi proporcionado momentos de discussão coletiva para tais alterações.

Contudo, as diferentes formas de participação da comunidade escolar estão relacionadas, segundo estudos, a forma de provimento do/da diretor/a que pode influenciar diretamente na condução dessa participação.

Atualmente, temos no Brasil formas diferentes de provimento de diretores nas escolas públicas. Cruz (2015) pesquisou sobre o provimento do diretor nas escolas

públicas brasileiras e suas implicações na gestão escolar, analisando as relações do perfil dos dirigentes e dos processos de gestão com os resultados do trabalho escolar e considerou, em sua análise, as seguintes formas de provimento: seleção, eleição apenas, seleção e eleição, indicação de técnicos, indicação de políticos, outras indicações e outras formas.

Com isso, utilizar apenas o processo de seleção, garantiria que o(a) candidato(a) comprovasse conhecimento específico para exercer a função, mas podem ser aprovados profissionais por vezes desconhecidos pela comunidade escolar, que não participou ou foi consultada para tal “escolha”. Ou ainda, um profissional que desconheça a realidade daquela comunidade. Segundo Souza (2006), o provimento de diretor escolar por meio de concurso público retira a face política da função, atribuindo-lhe apenas a de burocrata, pois teria comprovado que possui domínio técnico para função. Outra fragilidade seria a de não ser possível avaliar se possui perfil de liderança.

O provimento por meio de eleição apenas, acarreta na escolha feita pela maior parte da comunidade escolar, porém, como na maioria das vezes os(as) “eleitos(as)” são professores que atuam em sala de aula, acaba-se tendo no cargo, profissionais que não tem experiência ou até mesmo conhecimento na área de gestão, considerando, também, que poucas são as licenciaturas que ofertam formação nessa área. Ideia esta explanada por Espeleta (1992),

Los problemas pedagógicos de la escuela cuentan con un antiguo y vasto volumen de estudios. Contenidos y métodos, enseñanza y aprendizaje así como las relaciones que suponen, han suscitado el trabajo de no pocas disciplinadas. Basada en estas tradiciones, la formación de los maestros y especialistas en educación ha mantenido, en gran medida por omisión, una clásica separación entre la problemática pedagógica y el campo que contiene a la gestión. (p. 103)

Espeleta (1992) ainda reforça que,

El papel de la gestión, más que minimizado parece descartado, de hecho, en el universo de la formación profesional. La representación del mundo escolar así conformado, asimila la débil noción de gestión al terreno de “lo administrativo” que, por determinación de la teoría consagrada, no llega a rozar el campo del currículo. Pero la escuela es, precisamente, el lugar donde estos dos elementos coinciden. Encuentro que sucede en el plano abstracto de la armonía normativa, sino en las tensiones que surgen de actores e relaciones que en circunstancias precisas y condiciones materiales diversas, organizan y desarrollan su actividad. Es en esta dinámica donde necesariamente se construyen estrategias para la acción

porque la realidad introduce la dificultad o el conflicto y obliga a las opciones y donde, por lo mismo, los acuerdos, la negociación o las diversas formas de imposición abonan el curso del movimiento institucional. (p. 105)

Além disso, Cruz (2015) ao analisar as diversas situações de provimento em todas as regiões brasileiras coloca que somente a eleição não garante a gestão democrática, nem tampouco assegura a participação de todos no processo educativo e em uma das entrevistas coleta a seguinte colocação:

Faça uma análise do estado do Paraná, nós tivemos um processo de eleição deste último ano menos de 20% houve renovação. 80% houve perpetuação. Ou do diretor e do vice, ou do vice e do diretor, sabe... perpetua. [...] Pra mim tem mais a ver com a natureza do cargo função. Pra mim a eleição não poderia ser nunca como ela é, repetitiva. Eu tenho diretor há 20 anos. (Gestor Estadual, PR). (p.104)

Souza (2006) indica, ainda, que a eleição poderia ser o caminho mais coerente para o provisionamento do cargo de diretor(a), porém ainda há resistências no país, uma vez que poderia haver perda do controle político, além de argumentos de que a comunidade escolar não teria condições para a escolha adequada do diretor. Além disso, o autor afirma que apenas votar não garante uma ação democrática, pois o voto numérico, nem sempre representa os desejos e anseios dos votantes, que passa de cidadão à apenas mais um voto no cômputo geral, pois nem sempre o interesse de um coletivo é uma representação de qualidade. Considera, também, o quanto uma eleição pode causar divergências no interior da escola, que refletem sim num enriquecimento das discussões das propostas, como também numa disputa acirrada pelo poder. Aponta ainda que numa eleição os candidatos podem estar disputando um espaço político partidário representando uma democracia política ou buscando atender os anseios da comunidade escolar por meio de uma democracia social, porém conclui afirmando que a eleição pode levar a comunidade a fazer com que o diretor eleito se comprometa mais com as ações para uma educação pública de qualidade para todos/as.

Nos casos de indicação de técnicos, supostamente, seria uma situação semelhante ao da seleção, que garante o conhecimento na área de gestão escolar, porém, desvinculado da participação da comunidade no processo de escolha.

Em relação a indicação de políticos comprova a imagem que muitos têm da figura e do papel do diretor escolar, isto é, inevitavelmente seu nome estaria atrelado a um político que usa desse profissional como “cabo eleitoral” para manter-se no

poder. Esta é, talvez, a forma de provimento que menos garante as condições profissionais para o exercício da função, pois não se tem garantia de que o critério seja qualificação profissional, conhecimento ou experiência na área de gestão. Para Souza (2006) a indicação para diretor representa a face política do cargo que é submetido às ordens do poder executivo e a ele deve cumprir o que lhe for proposto. Portanto, o provimento da direção pela forma da indicação atenderia a objetivos mais políticos.

Diante disto, Cruz (2015) aponta que a seleção juntamente com a eleição, de forma combinada, seria o processo que poderia garantir uma gestão mais democrática no provimento ao cargo de diretor escolar, pois garantiria o conhecimento técnico necessário ao exercício da função, bem como, a aprovação da comunidade escolar que demonstraria aceitação e uma melhor recepção ao trabalho deste profissional.

Em sua tese Souza (2006) afirma que é evidente que nas escolas onde o provimento do diretor ocorre de forma democrática, também são suas ações de gestão.

Souza (2012) ao discorrer sobre a gestão escolar em sua face política e as disputas de poder no interior da escola conclui que se deve,

potencializar a identificação de alternativas na condução da política educacional, particularmente no que concerne à democratização do direito à educação e a sua gestão. Uma vez conhecedores do possível grau de controle e de poder nas mãos dos dirigentes escolares, a sociedade civil pode cobrar e governos podem implementar mecanismos mais democráticos de escolha dos diretores escolares no Brasil. (p. 172)

Promover uma gestão democrática é objetivo comum no discursos de diretores/ gestores, independente da forma como assumiram ao cargo, porém, para que uma gestão seja realmente democrática é preciso ter instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Grêmio Estudantil) ativas e atuantes com representatividade de todos os segmentos, além de Conselho de Classe participativo e um Projeto Político Pedagógico construído de forma coletiva e retomado periodicamente para atualização, principalmente, das ações propostas no marco operacional.

Contudo, vê-se nas escolas públicas Conselhos Escolares que realizam reuniões apenas em situações em que a burocracia solicita, como forma de

respaldar decisões em que a equipe diretiva não pode se manifestar sozinha, ou para discussão de casos de estudantes indisciplinados que muitas vezes levam ao “convite” para a família buscar outra escola. E isto é discutido por Cândido (2016) que afirma que

A participação dos membros do conselho escolar deve acontecer de forma efetiva, vislumbrando a construção de uma escola de qualidade para todos. No entanto, nem sempre foi assim, por muitos anos o conselho escolar foi utilizado como ferramenta de punição para alunos indisciplinados, que não se enquadravam nos moldes da educação industrial. É possível afirmar, desta forma, que o conselho escolar foi um importante instrumento também da prática autoritária e centralizadora, por isso é preciso ressignificá-lo, fazendo com que ele se transforme numa via de comunicação entre escola e comunidade. (p. 39)

Sobre a participação dos diferentes pares e o Conselho de Escola, Souza (2009) afirma que,

É certo que não parece haver democracia sem a participação das pessoas na gestão da coisa pública. Mas há pelo menos três aspectos importantes a se registrar acerca desse fenômeno. O primeiro diz respeito à normalização e à normatização da participação. As lutas políticas pela participação na definição dos rumos da sociedade e da escola conquistaram seus intentos, e espaços formais têm sido constituídos para garanti-la. Ocorre, porém, que por vezes a normatização desses espaços e formas de participação acabam aparelhando-a, dificultando inclusive a própria participação. O conselho de escola é um exemplo dessa situação (p.133) (PINTO, 1994; CAMARGO, 1997; SOUZA, 2007). A participação conquistada (LIMA, 2001, p. 70) transforma-se em uma participação formal, regulada, sobre a qual é possível se ter mais controle. Se a participação emerge do reclame da população na definição e no acompanhamento das ações públicas e é demonstrada pelas formas mais imediatas e, por vezes, aguerridas, ao se promover o disciplinamento da participação da população, impedem-se as ações inusitadas, que poderiam surpreender e pressionar os governantes da coisa pública. (p.134)

Na rede estadual de ensino do Paraná as Associações de Pais, Mestres e Funcionários, conhecidas como APMF's, são responsáveis em direcionar os recursos destinados a elas de forma democrática, buscando ouvir os diversos segmentos para que os investimentos atendam as reais necessidades da escola. Contudo, as escolas enfrentam a dificuldade em conseguir um pai, mãe ou responsável legal de aluno(a) que esteja disposto a ser presidente(a) desta associação (critério determinado em legislação própria), atrelando seu nome e documentação às burocracias exigidas. Além disso, vê-se a dificuldade da presença constante deste/a presidente/a na escola para assinatura de documentos e cheques. Com isso, as reuniões, por vezes, também se tornam apenas registros em atas com coletas de assinaturas posteriormente.

Diante disto, Elias (2002) coloca que

Gestão democrática é o processo político através do qual se discute, se delibera, se soluciona e se encaminham as ações voltadas ao desenvolvimento da escola/ educação. Este processo tem como base, o respeito à vontade da maioria da comunidade escolar/ sociedade e a participação representativa efetiva de todos os segmentos que compõem esta comunidade/ sociedade.

Já a participação exige um tributo de tempo que muitas vezes não se está disposto a pagar. A organização se converte então em um obstáculo para a democratização. Se aceita a teoria, se manifesta a vontade de participação, se desenvolvem as atitudes de abertura, mas não se pode levar à prática em modelo de gestão democrática.

A participação de toda a comunidade escolar numa relação fundamentada na gestão democrática envolve uma complexidade maior do que se aparenta, pois temos um histórico de sociedade baseado na subordinação, principalmente econômica, e conseqüentemente a exclusão política e cultural dessa sociedade. É claro que há muito tempo já se fala em aproximar a comunidade, em especial, a família no âmbito escolar, mas essa intenção sempre esteve voltada para o objetivo de “despertar os pais para a necessidade de moralização dos costumes e hábitos de seus filhos” (Spósito. In: Bastos, (org). Gestão Democrática, 1999, p. 47). E esse tipo de participação se reforçou com a criação de Associações de Pais e Mestres o que proporcionava o cumprimento da cidadania, mas sob controle. (p. 12)

Agora, em relação aos Grêmios Estudantis a situação é mais complicada ainda, pois poucos possuem apoio das equipes diretivas para sua criação ou manutenção. A resistência e o preconceito em relação a função dessa instância colegiada ainda são grandes e em muitas escolas não conseguiram nem se constituir.

A atuação dos conselhos de classe acontece de forma constante e periódica nas escolas da rede estadual do Paraná, conforme previsto, inclusive em Calendário Escolar, contudo, há muitas diferenças entre elas, pois apesar das orientações da mantenedora de que as discussões devem se ater as questões relacionadas à aprendizagem, ainda há situações em que o colegiado pesa as situações de indisciplina e não direcionando ações que envolvam, também, todos os segmentos, e não tão somente a equipe pedagógica na convocação dos responsáveis ou das famílias no comprometimento do acompanhamento do rendimento escolar.

Para Souza (2009),

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade

escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (p.125 – 126)

E ainda sobre o envolvimento das instâncias colegiadas Souza (2009) diz que

Essa face pedagógica e política das discussões sobre a gestão democrática obrigam-nos a perceber que aquela participação política ativa, ainda que garantida pelos instrumentos organizacionais e legais escolares e dos sistemas de ensino, não se efetiva apenas pela existência desses instrumentos, uma vez que estes (conselhos, eleições, associações de pais, grêmios estudantis), isoladamente, não se fazem suficientes para a implementação da gestão democrática. Eles a auxiliam, seguramente, mas podem mesmo se tornar aparelhos burocratizantes e pouco democráticos. O seu potencial só se confirma quando as pessoas do universo escolar tomam a democracia e o diálogo como princípio não apenas das suas relações na escola, mas como um fundamento da vida, em todas as esferas da sociedade, e conseguem transpor a esfera do desejado, implementando o princípio, transformando-o em método ou, pelo menos, em agenda, tanto na organização da educação/escola quanto na pesquisa, na medida em que as escolas (como instituições destinadas à formação humana) e as pesquisas sobre a gestão escolar têm o dever de colocar em pauta os problemas e as alternativas de enfrentamento a esses problemas organizacionais e políticos, histórica e contemporaneamente. (p. 137)

E considerando que para que a participação efetiva da comunidade escolar aconteça ela deve ser proporcionada ou como diz Cândido (2016)

A participação se desenvolve em práticas, como: “cooperação”, “diálogo”, “trabalho coletivo”, “respeito às diferenças”, “liberdade de expressão”, construindo um ambiente que valoriza cada um. Nessa perspectiva, a gestão escolar não poderá se fazer sob as regras e ditames de uma só pessoa, ao contrário, vê-se uma expectativa para que a tomada de decisão se caracterize como algo que se faça coletivamente, contando com pais, professores, funcionários e estudantes. (p. 41)

E somente desta forma, isto é, coletivamente será possível concretizar a gestão democrática, é necessário superar comportamentos comodistas que por vezes se manifestam apenas para críticas e reclamações. É preciso agir, participar, se envolver e principalmente se comprometer.

6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR E SEUS OBJETIVOS/ PROPÓSITOS

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por meio da Resolução nº 5547 de 27 de outubro de 2017 regulamentou o artigo 18 da Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015, sendo que em seu artigo 3º prevê que o Processo Avaliativo será pautado na avaliação formativa, ou seja, a partir da autoavaliação da Equipe Diretiva, expressa no Relatório do Plano de Ação, o Conselho Escolar analisará os dados relatados e emitirá um parecer, cuja finalidade é aprimorar o processo de gestão, permitindo o redimensionamento do trabalho por meio de um novo planejamento, com ajustes nas ações que ainda não foram alcançadas.

Sendo, portanto, a avaliação da gestão das equipes diretivas pautada numa avaliação formativa, pois considerou que a equipe diretiva deveria realizar uma autoavaliação do Plano de Ação, por meio de um relatório, buscou-se o(s) conceito(s) apresentado(s) nas mais diferentes pesquisas e estudos que abordassem esse assunto. Esclarece-se que não foi encontrado a conceituação de avaliação formativa relacionado diretamente à gestão, mas sim, sempre objetivamente ligada ao ensino e à aprendizagem. Portanto, alguns dos conceitos encontrados que tratavam sobre avaliação formativa são,

(...) discutem-se em seguida duas fortes tradições teóricas e investigativas no domínio da avaliação formativa: a tradição francófona e a tradição anglo-saxônica. Para a tradição de investigação francófona, a avaliação formativa é vista como uma fonte de regulação dos processos de aprendizagem; a regulação é talvez o conceito-chave desta tradição teórica (ver, por exemplo, Bonniol, 1989; Cardinet, 1991; Grégoire, 1996; Perrenoud, 1998a, 1998b). Para os investigadores anglo-saxônicos, o *feedback* tem um papel primordial na avaliação formativa quase se confundindo com ela (ver, por exemplo, Black & Wiliam, 1998a, 1998b, 2006a, 2006b; Gipps, 1994, 1999; Gipps & Stobart, 2003; Shepard, 2001; Stiggins, 2004). (FERNANDES, 2006, p. 26-27)

Dá a importância da prática da avaliação formativa, que pode ser realizada pelo professor, ou pelo professor com cada aluno, ou, ainda, pelo próprio aluno autonomamente, por meio da sua autoavaliação (BÉLAIR, 2000). Para isso, têm de estar devidamente clarificados os critérios de avaliação das tarefas de aprendizagem (de realização e de sucesso), de modo que os alunos possam refletir e consciencializar-se das aprendizagens que estão a conseguir fazer e das dificuldades que têm, ou dos erros cometidos (BÉLAIR, 2000; HADJI, 2001; LEITE; FERNANDES, 2002). A intervenção neles é feita pela adaptação das estratégias, das atividades e dos recursos de ensino e de aprendizagem, o que permite criar as condições pedagógicas necessárias para que cada aluno com dificuldades as possa vencer. Por este motivo, Perrenoud (1993) afirma que a avaliação formativa constitui uma prática que ajuda o professor a ensinar e o aluno a aprender, assumindo uma dimensão formadora para ambos (ALVES, 2004). Isso

porque a prática da avaliação formativa leva o professor a refletir continuamente sobre a sua ação didática, no sentido de a adequar aos diferentes percursos de aprendizagem dos alunos. Também leva os alunos a consciencializarem-se dos seus processos de aprendizagem e a encontrarem, com ou sem o professor, os meios necessários para ultrapassarem as dificuldades, ou para corrigirem os erros (HADJI, 2001; LEITE; FERNANDES, 2002), numa perspectiva de ensino individualizado. (FERREIRA, 2015, p. 228)

(...) avaliar para ajudar a aprender (...) estamos perante um propósito formativo (...). Num propósito formativo, o objetivo é fornecer evidência fundamentada e sustentada de forma a agir para apoiar o aluno na sua aprendizagem. Dirige-se aos atores diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, professor e alunos, seja contribuindo para regular o ensino, seja para apoiar a aprendizagem. (SANTOS, 2016, p. 640)

(...) a avaliação formativa indica níveis já alcançados pelos alunos no processo de ensino-aprendizagem e as estratégias de intervenção necessárias a futuros avanços. (...) Em síntese, trata-se de um *feedback* reflexivo sobre o percurso da aprendizagem do estudante. A avaliação formativa privilegia as diversidades individuais dos modos distintos de aprender dos alunos. Ela permite ainda a extensão, a diversificação e pluralização dos percursos de aprendizagem. Além disso, permite ao professor elaborar e diversificar as estratégias pedagógicas, formular diversos processos de ensino e de avaliação, articular e aplicá-los na aula, ajustando-os em função do nível de aprendizagem dos alunos; enfim, permite a integração de material pedagógico diversificado. A referida modalidade avaliativa não se restringe a hierarquizar uma produção escrita, por exemplo, numa escala indo de zero a dez, e selecionar os melhores estudantes num processo de avaliação seletiva; ao contrário, a avaliação formativa julga procedimentos, conhecimentos e atitudes do aluno para verificar conhecimentos, competências e habilidades. (...) A avaliação formativa é uma estratégia pedagógica de luta contra fracassos educacionais e diferenças de aprendizagem. (GONÇALVES e NASCIMENTO, 2010, p. 243-244)

ampliar o conceito de avaliação, de modo que este seja entendido também como um instrumento-guia essencial para a observação contínua da progressão do aluno subsidiando o aperfeiçoamento do ensino praticado. O processo deve sinalizar as heterogeneidades do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos entre os alunos, servindo como orientação para a própria aprendizagem dos alunos e para o ensino do professor. Entendida dessa maneira, a avaliação é comumente identificada como “formativa”. (CARVALHO, MARTINEZ, 2005, p. 135)

Com isso, observa-se que apesar dos conceitos supracitados afirmarem que a avaliação formativa prevê a autoavaliação, podendo ser feita pelo próprio professor ou este com cada um de seus alunos(as), que deve ter critérios claros de avaliação, que propicia a reflexão e a conscientização das aprendizagens, dificuldades e erros, que direciona à intervenções para adaptações estratégicas e assim criar condições para superação, que promove reflexão contínua sobre sua ação para adequar diferentes percursos além de não hierarquizar pois, luta contra fracassos e diferenças e a Resolução que regulamentou o processo avaliativo das

equipes diretivas ter se pautado numa avaliação formativa que objetivava aprimorar o processo de gestão, permitir o redimensionamento do trabalho por meio de um novo planejamento, além, de ajustes nas ações que ainda não haviam sido alcançadas, demonstrou uma discrepância entre o conceito proposto e prática efetivada, uma vez que mesmo sendo uma ação pioneira na rede estadual do Paraná determinou a possibilidade de afastamento do cargo da direção, caracterizando, portanto, uma punição.

Os entrevistados da mantenedora afirmaram que houve capacitação suficiente para suprir todas as dúvidas dos gestores, porém as situações de parecer desfavorável demonstraram que as maiores dificuldades estão relacionadas às regularizações das prestações de contas. Além disso, se exigiu do diretor o conhecimento sobre gestão pedagógica, administrativa-financeira e democrática e os profissionais que não tivessem PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) na linha de gestão ou pós graduação na área de gestão escolar deveriam realizar o curso de gestão escolar como formação continuada no período da gestão 2016-2019, isto é, antes da data de renovação do mandato. Tal ação já comprova a preocupação da mantenedora para com os profissionais que não tivessem conhecimento e formação na área de gestão.

É relevante considerar, também, que para iniciar o processo de avaliação da gestão o(a) diretor(a) foi afastado da função de presidente do Conselho Escolar, porém, não houve critério estabelecido sobre quem deveria assumir esse papel interinamente, apenas com a sugestão de que fosse o vice-presidente, desde que este não compusesse a equipe diretiva.

Além disso, sobre o papel dessa instância colegiada analisa-se a responsabilidade do Conselho Escolar, no período do processo avaliativo da gestão, em propor adequações no Plano de Ação ou a indicação de não prosseguimento da gestão em caso de entendimento de que não haveria como adequar. Contudo, considerando que este Plano de Ação foi apresentado durante o processo de consulta à comunidade, foi apresentado, discutido, analisado e adequado durante as “Semanas Pedagógicas¹¹” de julho de 2016 e fevereiro de 2017, previstas em

¹¹ “A Semana Pedagógica é um evento que tem como objetivo promover a formação continuada dos profissionais da educação através de discussões pautadas em aportes teóricos relevantes sobre temas emergentes que afetam o cotidiano da sala de aula, bem como o processo de ensino e aprendizagem, de modo a fundamentar os profissionais da educação para o planejamento do semestre letivo. Essa formação é destinada a todos os profissionais que atuam nas escolas, NRE e

Calendário Escolar, levando em consideração, também, que este documento deveria ter sido elaborado em compatibilidade com o PPP (Projeto Político Pedagógico) e as políticas educacionais da SEED, como poderia esta comunidade perceber que este plano não está de adequado apenas ao final do segundo ano de gestão?

Considerando tais apontamentos, fica claro que o Plano de Ação avaliado como sendo da equipe diretiva é, na verdade, de toda a comunidade escolar que o escolheu no período de consulta ao cargo de direção, avaliou-o e fez as adequações necessárias durante o período de gestão avaliado.

E isto reforça o quanto é necessária a formação às instâncias colegiadas para que tenham condições de cumprir com o objetivo de suas atribuições, de forma clara, objetiva e dentro das expectativas de seus respectivos segmentos.

7. O PROCESSO AVALIATIVO DAS EQUIPES DIRETIVAS REALMENTE AVALIOU?

Considerando os dados da rede estadual do Paraná em relação ao processo de consulta à comunidade para o cargo de diretor(a) escolar que ocorreu em 2015 e sua relação com o processo avaliativo da equipe diretiva realizado no início de 2018 e que se tratava da gestão referente ao período de 2016 e 2017, foi possível observar que nas escolas em que a equipe diretiva obteve parecer desfavorável, pelo em pelo menos 50% delas teve disputa com mais de uma chapa em 2015, o que poderia confirmar o depoimento da membra que participou da elaboração da resolução sobre essa avaliação e que afirmou que em 2015 houve o processo de consulta ao cargo de direção e em algumas escolas, o processo foi bem “fervoroso”, e com isso, as pessoas estavam esperando a avaliação para o “acerto de contas”, como se usassem do pensamento de que *“Você ganhou de mim e agora eu faço parte do conselho e agora é a minha vez de me vingar de você!”*. Ou ainda situações em que o diretor que é um pouco mais rígido, pois envia falta e exige e, daí o professor fala *“fez isso pra mim, então, agora é minha hora de me vingar”* demonstrando que eles não entendiam que a avaliação tinha um objetivo muito específico. Não era vingança, não era acerto de contas, não era nada disso.

Contudo, ao se considerar o número total de escolas que participaram do processo de “eleição” e que tiveram disputa, este número representa apenas 29%, sendo relevante considerar, numa pesquisa mais apurada, em quantas escolas a mesma chapa se recandidatou, dentre aquelas que representam 71%, com apenas uma candidatura. Com isso, constata-se a contradição entre a entrevista dada por um representante da SEED, quando coloca que se buscava a renovação das equipes diretivas, sendo que esta colocação também foi posta pela representante do sindicato que representa a categoria, mas que foi de encontro ao posto na legislação.

Em relação as escolas que obtiveram parecer favorável com ressalvas observou-se que em 56% houve disputa no processo de consulta em 2015, o que também poderia refletir situação semelhante a anterior, nos casos de pareceres desfavoráveis.

Contudo, nos casos de parecer favorável é explícito que a situação se inverte às anteriores, pois em 71% das escolas não houve disputa, configurando,

possivelmente, que não haja divergências que pudessem contrapor as ações realizadas.

Constatou-se, a partir dos dados e informações coletadas que o processo avaliativo da gestão teve como iniciativa ações vindas exclusivamente da mantenedora, não sendo observadas discussões anteriores com os profissionais da educação ou até mesmo gestores escolares. Além disso, a inclusão de uma avaliação de gestão ocorreu num momento em que novamente a lei que tratava sobre a consulta à comunidade escolar para o cargo da direção “necessitava” ser alterada, mais uma vez, para que diretores que já estavam no cargo no tempo limite determinado na legislação anterior pudessem manter suas candidaturas, respaldo que uma lei atualizada poderia dar. Sobre isso Dias e Melão afirmam que

Partindo do pressuposto que existe a necessidade de avaliar uma qualquer escola, este processo não deverá ser uma imposição, mas sim uma vontade própria da comunidade escolar, em busca da melhoria eficaz da escola (Guerra, 2003). Esta avaliação deve ser realizada por toda a comunidade escolar e é uma actividade que deve fazer parte dos processos habituais, que não deve ser estranhada por nenhum sector da comunidade, e que todos devem ver como uma forma de evoluir, de melhorar, de atingir a qualidade por todos desejada. (DIAS, MELÃO, 2009, p.197)

Considera-se ainda que sendo previsto nas leis tratadas neste estudo foi possível constatar que os (as) diretores (as) poderiam ser destituídos do cargo nos casos de irregularidades nas prestações de contas ou se não atingissem o mínimo das ações propostas no Plano de Ação, contudo, apesar de ter sido colocado pelos representantes da mantenedora de que houve capacitação suficiente que tratou sobre as questões financeiras que são compiladas nas prestações de contas, a representante do sindicato afirma que não houve subsídios na formação ofertada e que a SEED premia aqueles considerados como melhores gestores e estes sim receberiam formação na área de forma adequada.

Em relação ao Plano de Ação observou-se nas entrevistas realizadas que este apresenta tópicos únicos para todas as escolas, mas, seus desdobramentos ficam a cargo da equipe diretiva, que deveria realizar as devidas alterações com o apoio da comunidade escolar no início da gestão. Com isso, esses desdobramentos de metas e ações diferenciam muito de uma escola para outra, conforme, também colocado nas entrevistas, fazendo com que alguns gestores sejam avaliados de forma diferenciada, pois possuem poucas ações em seus planos, outros com muitas e que acabaram não conseguindo concluir a todas e ainda aqueles que acabaram

colocando ações que não dependeriam de encaminhamentos da escola, mas sim de outras instâncias fora dela e, portanto, nem deveriam compor o plano de ação. É nítido, portanto, que a SEED elaborou os critérios a serem considerados pelos Conselhos de Escola quando avaliassem os planos de ação, porém, não fizeram uma formação ou orientação adequada e substancial de como deveriam ser elaborados tais planos, ficando explícito, também, quando na entrevista com uma das representantes da SEED, esta afirma que foram constatadas fragilidades na elaboração dos planos de ação, pois a mantenedora não indicou o que queria da gestão. Diante disto, Dias e Melão dizem que,

A auto-avaliação deve ser sempre encarada como algo de positivo para todos e orientadora de novas decisões e não como um mapeamento da escola para críticas e represálias por parte de órgãos superiores (Afonso, 2005). (...) A avaliação deve situar-se a todos os níveis da hierarquia do sistema escolar tanto quanto possível, não ser julgadora e estar livre de conotações, geralmente presentes, tais como “bom ou mau” ou “ganha e perde”. (DIAS, MELÃO, 2009, p.198 e 199)

Ao se considerar a questão sobre a participação da comunidade escolar no processo avaliativo da gestão ficou evidente que algumas situações não foram contempladas, como por exemplo, quais os critérios para o(a) substituto(a) do(a) diretor(a) na posição de presidente do Conselho Escolar, sendo que nas relações de poder existentes na escola esta indicação estaria diretamente ligada a conveniência da equipe diretiva e não na possibilidade de uma pessoa que agisse da forma mais imparcial possível no processo ou que também tivesse interesse. Além disso, a dificuldade em garantir a efetiva participação dos diferentes segmentos, destacando aqui o segmento dos pais/ responsáveis e dos estudantes que por serem num contingente numérico muito maior apresentam mais dificuldade em envolver todos os seus pares. Com isso, se não houver uma organização com apoio da escola, dificilmente esses segmentos terão uma participação e envolvimento adequado ao processo.

Assim Dias e Melão (2009) consideram que,

é essencial que toda a comunidade seja envolvida neste processo de auto-avaliação e que todos compreendam a importância do processo per se, para que a escola possa ser uma organização comprometida na melhoria das suas práticas, na procura da excelência. (p. 211)

E ainda dizem ainda que,

As instituições escolares são sempre muito mais complexas que os instrumentos de que se dispõe para sua avaliação. Mas é sempre possível buscar um caminho para avaliar e ir promovendo a melhoria do processo avaliativo. (...). A singularidade de cada organização escolar requer que se avalie não somente o cumprimento de normas e finalidades, mas os objetivos, os processos de trabalho, o currículo, que a própria instituição define no desenvolvimento de seu projeto pedagógico. (BRANDALISE, 2007, p. 81-82)

Sobre a auto-avaliação da escola Brandalise (2007) afirma que

Projeto vivido, não apenas registrado e com fins burocráticos, essa avaliação deve explicitar o conjunto de valores e compromissos estabelecidos pelos sujeitos do espaço escolar. Implica a decisão da escola de tomar para si a capacidade de intervir nos processos educativos e na produção do conhecimento para a melhoria contínua da instituição, uma vez que o desenvolvimento institucional encontra-se intimamente ligado ao desenvolvimento humano e profissional das pessoas que vivem a instituição e vice-versa; o desenvolvimento pessoal e profissional provoca o desenvolvimento institucional. Caracteriza-se, portanto, num meio e não como um fim em si mesmo.

Todavia, há necessidade de um processo de sensibilização da comunidade escolar para que uma nova cultura de avaliação seja construída nas escolas, porque ainda hoje, em nossa sociedade, a avaliação está muito atrelada às questões punitivas, premiativas, de controle e de obrigação de resultados.

A avaliação não pode ser imposta e nem reduzida a falsas aparências, mas transformada em vontade coletiva de desenvolver a qualidade educativa. Gestores e sujeitos escolares têm que concordar em empreender uma análise de suas práticas, e em partilhar e explorar o conjunto de saberes existente: científicos, da experiência, dados empíricos, resultados de diferentes processos de trabalho. (p. 18-19)

Reconsiderando as colocações apresentadas na entrevistas foi possível constatar que desde as primeiras discussões e elaboração da minuta da lei que alterava o processo de “eleição” para os cargos de direção escolar a Secretaria de Estado da Educação do Paraná organizou as discussões apenas internamente, não envolvendo outros órgãos ou instituições que pudessem representar os profissionais da educação que estão atuando nas escolas ou a comunidade escolar.

Nas entrevistas com os representantes da SEED não ficaram claras as divergências relatadas pela APP-Sindicato, seja pela entrevista com a sua representante ou pelas notícias divulgadas em *site* próprio da instituição. Constatando-se, portanto, a que decisão de findar o limite para a reeleição foi tomada de forma estritamente política partidária, uma vez que tanto os representantes da SEED quanto do sindicato colocaram serem contra e considerarem que a renovação das equipes diretivas é necessária para uma efetiva gestão democrática.

Além disso, a avaliação da equipe diretiva no meio da gestão ser considerada positiva pela SEED-PR, porém, vista como um elemento de coação para os gestores que correm o risco de perder os seus cargos, caso não atendam aos critérios indicados.

Outro ponto divergente refere-se à mudança do peso do voto que para os representantes da SEED dá maior peso ao voto do estudante, para o sindicato é possibilitar práticas que não contribuem para a gestão democrática. Em relação a isso, é preocupante atitudes que levem possíveis candidatos a fazerem “promessas” aos estudantes que possam favorecer suas intenções de voto, ou ainda, propor ações desvinculadas à aprendizagem e ao pedagógico para de certa forma conquistar a simpatia e o voto desses estudantes.

Outra contradição constatada nas entrevistas com os representantes de SEED foi as falas de que não se havia a intenção de “tirar” diretores, contudo, isto se contradiz com as legislações que preveem afastamentos caso não atendidos os critérios estabelecidos. Com isso, retoma-se a discussão sobre a previsão de uma avaliação formativa que deveria, portanto, proporcionar a retomada das ações e não a destituição do cargo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa suscitou a possibilidade de analisar como se deu o processo de avaliação da gestão no período de 2016-2017 das equipes diretivas das escolas da rede estadual de ensino do Paraná oportunizando a busca do olhar e relatos de quem esteve diretamente envolvido, desde a elaboração das leis que regulamentaram todo esse processo até a quem participou da execução na escola. É claro, que muitas questões ainda não foram aprofundadas devido as restrições que este nível de pesquisa determina, porém foi possível identificar situações relevantes e levantar alguns questionamentos.

Sobre isso, foi observado contradições em relação às colocações dos gestores estaduais quando afirmaram que não foi um posicionamento da mantenedora a alteração da lei que tratou sobre o processo de “eleição” de diretores e possibilitou que a partir desta não haveria limite para a candidatura ao cargo, podendo ocorrer sucessivas vezes, de forma ininterrupta e sem prazo de limitação, pois se o projeto de lei foi feito pela própria Secretaria de Estado da Educação, se este era um ponto em comum colocado também pelo sindicato que representa os profissionais da educação, qual foi a relação de poder (possivelmente política partidária) que não atendeu a esse anseio?

Ainda, sobre essa mesma lei, observou-se divergências em relação ao posicionamento quando se tratou sobre a previsão de 2º turno nas escolas, que previa que em situação de mais de uma chapa candidata, haveria esta situação, caso a primeira colocada atingisse menos de 40% dos votos válidos.

Considera-se que dentre outras questões, estender o processo de “eleição” dentro de uma escola, prolonga os momentos de tensão, indecisão e conflitos no interior desta, uma vez que diariamente vive-se essas relações de poder, porém estas são potencializadas nestes períodos. Além disso, desconsidera, naquele momento que não deixou de ser a decisão de uma maioria.

Outro ponto sobre esse processo, está relacionado também as questões de “eleição”, uma vez que, constatou-se que no ano de 2015, em apenas 29% das escolas houve disputa para o cargo de direção, podendo aqui, questionarmos se estaria confirmando a perpetuação no cargo daqueles que já estavam, uma vez que não foi possível identificar pelos dados fornecidos, se nas escolas em que não

houve disputa as chapas candidatas foram as mesmas equipes diretivas que já atuavam.

Um dado interessante tratou sobre o processo de avaliação da gestão 2016-2017 das equipes diretivas que ao prever que o Conselho Escolar consolidaria a essa avaliação emitindo um parecer com a indicação de “favorável”, “favorável com ressalvas” e “desfavorável”, constatou-se que apesar de ter havido um número irrisório de escolas com parecer favorável com ressalvas, sendo um total de 25 apenas, observou-se que em 14 houve disputa na “eleição” de 2015, representando um percentual de 56% com este parecer e, supostamente confirmando a fala feita em uma das entrevistas, quando foi colocada a preocupação que esse processo fosse o reflexo de um momento que poderia ser tratado como um “acerto de contas” entre chapas concorrentes. Importante lembrar, também, que das 8 escolas que obtiveram parecer desfavorável, em 50% foi identificado que houve disputa, reforçando a mesma análise anterior.

Questiona-se, ainda, que na lei que regulamentou o processo avaliativo da gestão, afirmou-se que a finalidade seria a de aprimorar o processo de gestão, contudo, como aprimorar quando se prevê a destituição do cargo da direção? Não estariam os gestores escolares se sentindo coagidos? Ou ainda, considerando que em relação às questões pedagógicas a base da avaliação foi o Plano de Ação apresentado no período de candidatura do cargo e que para a elaboração deste a mantenedora indicou apenas as dimensões amplas (Gestão Escolar Democrática, Avaliação, Práticas Pedagógicas, Acesso, Permanência e Sucesso, Ambiente Educativo, Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da escola e Ambiente Escolar) do que deveria ser planejado e como uma das entrevistadas da SEED colocou, a mantenedora não disse o que se esperava da gestão das equipes diretivas. E este não direcionamento ficou comprovado ao se constatar uma enorme diversidade de planos diferenciados que não deram, em todas as situações, condições de serem avaliados de forma coerente e enriquecedora ao processo da gestão democrática.

Considera-se ainda, a ênfase dada a que essa avaliação de gestão tinha um conceito de “avaliação formativa”, e que esta prevê a possibilidade de rever e analisar suas ações para que se possa modificar, na busca de qualificar o que foi planejado, porém, novamente se retoma o direcionamento de que no âmbito

pedagógico tornou-se subjetivo, pois não apontou quais eram os objetivos em relação ao papel do gestor e do que foi previsto no plano de ação.

Dentro do processo avaliativo da gestão das equipes diretivas, a Resolução embasadora determinava que este seria supervisionado, primeiramente, pela Comissão Especial do Processo Avaliativo da SEED, contudo, não se indicou quais os departamentos e profissionais deveriam compô-la, situação oposta ao se indicar como se comporia a Comissão do Processo Avaliativo do NRE e que na escola se incumbiu ao Conselho Escolar.

Por fim, enfatiza-se as dificuldades encontradas em relação à participação efetiva da comunidade escolar, confirmando que o papel desta se dá exemplarmente na forma burocrática de agir, pois se exige representantes de todos os segmentos, mas não se valoriza ou se envolve verdadeiramente os segmentos de pais ou de estudantes, que muitas vezes, se colocam ou são tratados numa posição de inferioridade dentro das instâncias colegiadas (APMFs, Conselhos Escolares etc.). Isto se confirmou no momento de assumir o papel de presidente do Conselho Escolar de forma interina para a realização do processo avaliativo da equipe diretiva, na constatação de que esta instância não tinha conhecimento do plano de ação que seria avaliado e que já estava em execução, discussão e alteração a pelo menos dois anos na escola e a necessidade que ainda existe de qualificação das instâncias colegiadas, já apontada no posicionamento da representante do sindicato dos profissionais da educação no Paraná.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. T. **O Gestor Escolar**. Caderno Temático: Gestão Escolar (Programa de Desenvolvimento Educacional), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

BRANDALISE, M. A. T. **Auto-avaliação de escolas: processo construído coletivamente nas instituições escolares**. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – PUC/SP, São Paulo, 2007.

CÂNDIDO, R. K. **Gestão Democrática da Escola: possibilidades e dificuldades na percepção dos pais e dos gestores do Ensino Fundamental**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara/SP, 2016.

CARVALHO, L. M. O.; MARTINEZ, C. L. P. Avaliação formativa: a auto-avaliação do aluno e a autoformação de professores. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 11, n. 1, p. 133-144, 2005.

CRUZ, J. L. O. **O provimento do diretor nas escolas públicas brasileiras e suas implicações na gestão escolar**, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DIAS, N. F. C.; MELÃO, N. F. R. Avaliação e Qualidade: Dois Conceitos Indissociáveis na Gestão Escolar. **Revista de Estudos Politécnicos**, Portugal, v. VII, n. 12, p. 193-214, 2009.

ELIAS, S. T. **A participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político – Pedagógico**. 91 f. Monografia (Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2002.

ESPELETA, J. **“Problemas y teoría a propósito de la gestión pedagógica”**. In: _____ e FURLÁN, A. (comps.), *La gestión pedagógica de la escuela*. Santiago, Chile: Unesco/Orealc, 1992.

FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista Portuguesa de Educação**, Lisboa, v. 19, n. 2, p. 21-50, 2006.

FERREIRA, C. A. A. S. A avaliação das aprendizagens na formação inicial de professores: discursos de professores/ formadores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n. 03, p. 225-249, jul./ set. 2015.

GONÇALVES, A. V., NASCIMENTO, E. L. Avaliação formativa: Autorregulação e controle da textualização. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 49, n. 1, p. 241-257, jan./jun. 2010.

KRAWCZYK, N. **A gestão escolar: Um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano XX, n. 67, p. 112 – 150, ago. 1999.

PARANÁ. Lei nº 18.590, de 13 de outubro de 2015. Definição de critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 9556 de 15 outubro de 2015**. Disponível em: < <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=147837&indice=1&totalRegistros=1> >. Acesso em: 10 jul. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução SEED 3373 - 19 de outubro de 2015. Regulamenta o Processo de Consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 9559 de 20 de outubro de 2015**, Curitiba, PR, 19 out. de 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução SEED 5547 - 27 de outubro de 2017. Regulamenta o Artigo 18 da Lei Estadual n.º 18.590, de 13 de outubro de 2015. **Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 10078 de 30 de novembro de 2017**, Curitiba, PR, 27 out. de 2017.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

SANTOS, L. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 637-669, jul./set. 2016

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED-PR). **Semana Pedagógica – 2º Semestre – 2016 – Roteiro de Trabalho para 1º dia**. Curitiba, 2016. Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/1dia_professores_roteiro_sp_2semestre.pdf> Acesso em: 05 fev. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED-PR). **Semana Pedagógica – Orientações Gerais e Encaminhamentos para a Equipe Gestora – Fevereiro de 2017.** Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2017/orientacao_sempedag_edbasica.pdf> Acesso em: 05 fev. 2019.

SILVA, Marianne. **A escolha dos diretores das escolas públicas paranaenses: uma abordagem histórica para alunos do Ensino Médio.** Caderno Temático: Gestão Escolar (Programa de Desenvolvimento Educacional), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SOUZA, A. R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

_____. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil.** 2006, 333 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – PUC/SP, São Paulo, 2006.

_____. **A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola.** Revista Brasileira de Educação. Curitiba, v. 17, n. 49, p. 159-241, jan.-abr. 2012.